

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

MARLI AGUIRRE ARANDA FEIL

CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA: ANÁLISE DAS BARREIRAS COMERCIAIS À
EXPORTAÇÃO

DOURADOS – MS

2016

MARLI AGUIRRE ARANDA FEIL

**CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA: ANÁLISE DAS BARREIRAS COMERCIAIS À
EXPORTAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, para obtenção do título de Mestre em Agronegócios.

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Rodrigo Garófallo Garcia

CO-ORIENTADORAS:

Dra. Carla Heloisa de Faria Domingues

Profa. Dra. Sarah Sgavioli

DOURADOS – MS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A662c Aranda, Marli Aguirre

Cadeia Produtiva Avícola: Análise da Barreiras Comerciais à exportação /
Marli Aguirre Aranda -- Dourados: UFGD, 2016.

78f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Rodrigo Garófallo Garcia

Co-orientadora: Sarah Sgavioli / Carla Heloisa de Farias Domingues

Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Avicultura. 2. Agronegócios. 3. Mercado Internacional. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

MARLI AGUIRRE ARANDA FEIL

**CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA: ANÁLISE DAS BARREIRAS COMERCIAIS À
EXPORTAÇÃO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios com área de Concentração em Agronegócios e Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios de Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados (MS), 18 de Novembro de 2016.

Prof. Dr. Clandio Favarini Ruviaro
Coordenador do Programa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Garófallo Garcia. (Orientador)
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dra. Fabiana Ribeiro Caldara
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dra. Gisele Aparecida Felix
Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN
Membro externo

DEDICATÓRIA

Dedico à Deus, fortaleza minha.

Aos meus pais, irmãos e esposo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sei que sem Ele eu não conseguiria chegar aonde cheguei, Teu amor e cuidado foram minha força durante essa caminhada.

Agradeço ao meu melhor amigo, Jesus Cristo, por interceder por mim junto ao Pai, por estar comigo em meu barquinho e não permitir que eu perecesse, seu amor foi meu combustível.

Aos meus pais, pelo amor, compreensão e por acreditarem em mim, se cheguei até aqui foi por vocês.

Ao meu esposo pelo amor, cuidado e companheirismo, estudou comigo me ajudou nos trabalhos, me acalmou quando precisei, me trouxe a paz.

Aos meus irmãos, em especial Milene por acreditar em mim, por sempre trazer uma palavra de ânimo, obrigada; e Merlyn, obrigada por fazer resumos comigo, ler bastante, arrumar artigos, aprender a submeter nas normas, a sempre me motivar, essa vitória também é sua, e em breve será a sua vez.

Ao meu orientador Professor Dr. Rodrigo Garófallo Garcia, por ter acreditado em mim desde o dia em que procurei em sua sala com o desejo de entrar no mestrado, obrigada pelo apoio e ensinamentos, por me fazer crescer como pesquisadora.

As minhas co-orientadoras, Carla Heloisa de Farias Domingues e Sarah Sgavioli, que foram de fundamental importância para que esse trabalho se concretizasse, sou imensamente grata a vocês.

A professora Eleuza Lima Ferreira, por estar sempre por perto, me ouvir e auxiliar sempre que precisei suas palavras e apoio sempre me traziam a calma e assim eu conseguia prosseguir.

Ao prof. João Augusto Rossi Borges, que sempre esteve me ajudando com suas contribuições seja no trabalho, quanto nos questionários desenvolvidos.

Agradeço a equipe da ABPA, por contribuir para a realização desta pesquisa.

Agradeço a equipe da Famasul, por sempre estarem dispostos a sanar dúvidas e fornecer informações, que foram essenciais para realização do trabalho.

Agradeço a SEPAF pela colaboração no desenvolvimento da pesquisa.

Enfim agradeço a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

*“A glória seja dada a Deus,
O qual, por meio do seu poder
Que age em nós, pode fazer
Muito mais do que nós
Pedimos ou até pensamos.”
Efésios 3: 20*

SUMÁRIO

CAPITULO 1: CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	1
1.INTRODUÇÃO.....	1
2.REVISÃO DE LITERATURA.....	3
2.1.Mercado internacional.....	3
2.2.Visão sistêmica de cadeia produtiva.....	4
2.2.1.Sistemas agroindustriais.....	5
3.Panorama da avicultura.....	6
3.1.Cadeia avícola no mundo.....	6
3.2.Cadeia avícola no Brasil.....	9
4.REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	13
CAPITULO 2: EVOLUÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	15
RESUMO.....	15
ABSTRACT.....	16
1.INTRODUÇÃO.....	17
2.REVISÃO DE LITERATURA.....	19
2.1 Estrutura da Cadeia Produtiva Avícola.....	19
2.2.Integração Vertical.....	20
2.3.Cadeia Avícola no MS.....	21
3.METODOLOGIA.....	22
4.RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
4.1. Produção e exportação de 2007 a 2014.....	22
5.CONCLUSÕES.....	29
6.REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31
CAPITULO 3: ANÁLISE DAS BARREIRAS COMERCIAIS À EXPORTAÇÃO DE CARNE DE FRANGO.....	33
RESUMO.....	33
ABSTRACT.....	34
1.INTRODUÇÃO.....	35
2.REVISÃO DE LITERATURA.....	37
2.1.Barreiras Comerciais.....	37
2.1.1.Barreiras Tarifárias.....	37
2.1.2.Barreiras não Tarifárias.....	38
2.1.2.1.Barreiras Técnicas.....	38

2.1.2.2. Barreiras sanitárias e fitossanitárias.....	39
3.METODOLOGIA.....	41
3.1.Natureza da Pesquisa.....	41
3.1.1.Método para Coleta de Dados.....	41
4.RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	42
4.1. Exportação/Importação da carne de Frango do Brasil.....	42
4.2. Barreiras Impostas pelos Países Importadores.....	43
4.2.1.Barreiras Técnicas.....	43
4.2.2. Barreiras Comerciais.....	46
4.2.3. Barreiras Gerais.....	47
4.3. Relação das Barreiras com os Países Importadores.....	49
4.4. Países que não Importam a Carne de Frango Brasileira.....	51
4.5. Exportação de Carne de Frango do MS.....	52
4.5.1. Barreiras Impostas ao MS pelos Países Importadores.....	52
4.6. Oportunidades e Desafios da Cadeia Avícola.....	55
5.CONCLUSÕES.....	57
6.REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
7.ANEXOS.....	62

LISTAS DE FIGURAS

Capítulo 1: Revisão Geral

FIGURA 1: Sistema Agroindustrial – Subsistemas e fluxos de suprimentos.....	5
FIGURA 2: Abate de frango de corte por unidade da federação – 2015.....	10
FIGURA 3: Exportação de carne de frango por unidade da federação – 2015.....	11

Capítulo 2: Evolução da cadeia produtiva avícola no estado de Mato Grosso do Sul

FIGURA 1: Representação da cadeia produtiva da avicultura.....	19
FIGURA 2: Produção e exportação de carne de frango do MS e do PR – 2007 à 2014.....	26
FIGURA 3: Importação (%) de carne de frango do MS pelos países em 2014.....	29

Capítulo 3: Análise das barreiras comerciais à exportação de carne de frango

FIGURA 1: Volume importado e receita gerada dos dez maiores importadores de carne de frango brasileira em 2014.....	42
FIGURA 2: Tipos de exigências técnicas imposta pelos dez principais países importadores da carne de frango brasileira e número de países que fazem tais exigências.....	44
FIGURA 3: Tipos de restrições comerciais impostas pelos dez países importadores da carne de frango brasileira.....	46
FIGURA 4: Tipos de exigências gerais impostas pelos dez principais países importadores da carne de frango brasileira.....	48
FIGURA 5: Número e tipo de exigências impostas pelos principais países importadores da carne de frango do Brasil.....	50
FIGURA 6: Volume importado e receita gerada pelos principais importadores da carne de frango do MS em 2014.....	52
FIGURA 7: Número e tipo de exigências impostas pelos principais países importadores da carne de frango do estado de MS.....	53

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1: Revisão Geral

TABELA 1: Produção Mundial de Carne de Frango – 2011 à 2015 (mil/ton.).....	6
TABELA 2: Exportação Mundial de Carne de Frango – 2011 à 2015 (mil/ton.).....	7
TABELA 3: Importação Mundial de Carne de Frango – 2011 à 2015 (mil/ton.).....	8
TABELA 4: Principais Importadores da carne de frango brasileira -2015.....	12

Capítulo 2: Evolução da cadeia produtiva avícola no estado de Mato Grosso do Sul

TABELA 1: Distribuição do rebanho de galináceos por unidade federativa no ano de 2013 (Cabeças).....	21
TABELA 2: Produção de carne de frango no Brasil e produção/participação do MS e do PR – 2007 à 2014 (mil/ton.).....	23
TABELA 3: Exportação de carne de frango do Brasil e exportação/participação do MS e do PR – 2007 à 2014 (mil/ton.).....	25
TABELA 4: Principais importadores da carne de frango do MS, PR e do Brasil – 2014.....	28

Capítulo 3: Análise das barreiras comerciais à exportação de carne de frango

TABELA 1: Países que não importam carne de Frango do Brasil e suas exigências.....	51
TABELA 2: Barreiras impostas pelos principais países (Arábia Saudita, Japão, China, Emirados Árabes, Hong Kong, Rússia e Alemanha) importadores da carne de frango do estado de MS.....	54
TABELA 3: Oportunidades e desafios da cadeia avícola no MS.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal.
- AGROSTAT – Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro.
- BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.
- CEERTIF – Associação para Certificação.
- COAGRI – Cooperativa Agropecuária e Industrial Ltda.
- CODEX – *Codex Alimentarius Commission*.
- CNA – Confederação da agricultura e pecuária do Brasil.
- EU – União Europeia.
- EUA – Estados Unidos da América.
- FMI – Fundo Monetário Internacional.
- FAO – *Food and Agriculture Organization*.
- GATT – *General Agreement on Tariffs and trade*.
- HACCP – Análise de Perigos e pontos Críticos de Controle.
- IAGRO – Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal.
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias.
- INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia.
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- MS – Mato Grosso do Sul.
- OIC – Organização Internacional do Comércio.
- OIE – Oficina Internacional de Epizootias.
- OMC – Organização Mundial do Comércio.
- ONGs – Organização não Governamental.
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- PDA – Programa de Desenvolvimento da Agricultura.
- P & D – Pesquisa e Desenvolvimento.
- PIB – Produto Interno Bruto.
- SAG – Sistema Agroindustrial.
- SEPAF – Secretaria de Estado de Produção e Agricultura Familiar.
- SPS – Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.
- SECEX – Secretaria de Comércio Exterior.
- TBT – Acordo sobre Barreiras Técnicas.
- UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.
- USDA – *United Department of Agriculture*.

Marli Aguirre Aranda Feil. Cadeia produtiva avícola: Análise das barreiras comerciais à exportação. 2016. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.

RESUMO

O Brasil é o segundo maior produtor de carne de frango do mundo e o maior exportador do produto. Mato Grosso do Sul (MS) ocupa a sexta posição no ranking nacional de exportação e é o sétimo na produção nacional. O presente estudo foi conduzido com o objetivo de realizar um panorama evolutivo da avicultura no estado de MS, e caracterizar a influência das barreiras comerciais impostas pelos países importadores da carne de frango no crescimento das exportações do estado, visando estabelecer as oportunidades e desafios que o setor enfrenta para se consolidar na região. Para realização do panorama evolutivo no MS, foi analisado o período de 2007 à 2014 para produção e exportação do Brasil, MS e PR. Por meio dos dados coletados fez-se a comparação de MS e PR e a inserção destes no montante produzido e exportado pelo Brasil. Para caracterização das barreiras comerciais e oportunidades e desafios do setor, foi feita uma pesquisa documental, onde se aplicou questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas junto a Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA e a Secretaria de Estado de Produção e Agricultura Familiar – SEPAF. Os resultados demonstraram que a cadeia avícola está em constante desenvolvimento no MS, que possui índices de crescimento semelhante ao alcançado pelo PR no período, sendo de 40,19% em suas produções e 43,2% nas exportações, o que demonstra que o estado tem conseguido acompanhar os índices de crescimento do setor. Dentre as barreiras comerciais verificou-se que as de ordem técnica são as mais presentes, o que demonstra a preocupação dos importadores com a qualidade e segurança da carne importada, sendo os países mais exigentes a Arábia Saudita, Emirados Árabes e Alemanha. Os resultados demonstraram que as barreiras comerciais impostas não são consideradas como obstáculos para o crescimento do setor no estado, entretanto o ele enfrenta dificuldades em atrair novas indústrias no modelo cooperativistas, além de possuir altos custos de insumos como ração e energia, e a falta ou o pouco incentivo por parte do governo tornam-se um empecilho para uma maior expansão da cadeia na região. Sendo necessário um maior incentivo por parte do governo e uma maior compreensão por parte do governo, indústria e sociedade da importância desta cadeia para desenvolvimento regional. O trabalho encontra-se disposto em formato de artigos, onde no primeiro capítulo encontra-se a revisão geral, do assunto estudado, no capítulo dois o artigo intitulado: “Evolução da cadeia produtiva avícola no estado de Mato Grosso do Sul”, e no capítulo três o segundo artigo com o título: “Análise das barreiras comerciais à exportação de carne de frango”.

Palavras Chave: avicultura, agronegócios, mercado internacional.

Marli Aguirre Aranda Feil. Poultry chain: Trade barriers analyses to exports. 2016. Dissertation (Master in Agribusiness) - Faculty of Administration, Accounting and Economics, Federal University of Grande Dourados, 2016.

ABSTRACT

Brazil is the second largest producer of poultry meat in the world and the largest exporter of the product. Mato Grosso do Sul (MS) occupies the sixth position in the national export ranking and is the seventh in national production. The aim of the study was carrying out an evolutionary panorama of poultry industry in State of Mato Grosso do Sul, and characterize the influence of trade barriers imposed by imported countries of poultry meat in state's export growth, to establish opportunities and challenges to consolidate the region. To realize the evolutive scenario of poultry chain in MS, the period from 2007 to 2014 for production and export of Brazil, state of MS and Paraná (PR) was analyzed. Collected data of MS and PR were compared and was inserted in Brazilian production and export of poultry meat amount. To characterize trade barriers, opportunities and challenges of poultry chain, a documentary research was conducted, where a semi-structured questionnaire was applied with open and closed questions to Brazilian Association of Animal Protein and State Secretary of Production and Family Agriculture. Result showed that poultry chain is constantly developing in MS, which has rates of growth similar to that achieved by PR in the period, being of 40.19% in production and 43.2% in exports, demonstrating that the state has been able to follow sector's growth rates. Among the trade barriers was found that technical order is the most present, which shows the concern of importers with quality and safety of imported poultry meat. The most demanding countries are Saudi Arabia, United Arab Emirates, and Germany. Imposed trade barriers are not considered obstacles to growth industry in the state, however, the state is facing difficulties to attract new industries in cooperative model, as well as having high input costs for feed and energy. Therefore, the government's lack of incentive is an obstacle to further expansion of poultry chain in region. In this way, a greater incentive and understanding is needed from the government, industry, and society of the importance of poultry chain for regional development. The study is presented in article form, where the first chapter contains the general review of subject studied. The article of chapter two is entitled: "Poultry chain evolution in the state of Mato Grosso do Sul", and the article of chapter three is entitled "Trade barriers analysis of poultry meat export".

Key words: agribusiness, international market, poultry.

CAPITULO 1: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Artigo formatado de acordo com as normas da Revista Espacios. ISSN: 0798 1015.

1.INTRODUÇÃO

No ano de 2014 o agronegócio teve um aumento de 3,8% na participação do produto interno bruto (PIB) brasileiro, alcançando o total de 21,3%, ou seja, cerca de R\$ 1.178 trilhões de reais, se tornando responsável por cerca de 42,3% das exportações do país. Atualmente, o setor ocupa sete das dez principais posições da pauta de exportação do Brasil, ficando em primeiro lugar a soja em grãos, seguida do açúcar, farelo de soja, carne de frango, café em grãos, carne bovina e celulose (CNA, 2015).

A carne de frango possui destaque nas exportações do país, estando em segundo lugar no consumo mundial e com um ciclo produtivo que favorece a produção. Com apenas 45 dias de vida o animal está pronto para o abate, o que demonstra alta rotatividade e produtividade da cadeia. Por ser um produto de baixo valor, e com alta competitividade com relação aos demais setores cárneos, o setor possui alto potencial em absorver as novas demandas mundiais (BELUSSO e HESPANHOL, 2010; BRADESCO, 2015).

No *ranking* mundial de produção o Brasil é o segundo maior produtor desde 2015 e o maior exportador desde o ano de 2004, seguido dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Européia (UE), o que demonstra a expressividade do setor a nível internacional. Até o ano de 2015 o Brasil exportou carne de frango para mais de 150 países, sendo os principais importadores Arábia Saudita, Japão, Holanda, China, Emirados Árabes, Hong Kong, Venezuela, Rússia, Reino Unido e Alemanha (ABPA, 2016).

Dos países citados, sete figuram na lista dos principais importadores da carne de frango produzida no Mato Grosso do Sul (MS) (Arábia Saudita, Japão, China, Rússia, Emirados Árabes, Hong Kong e Alemanha), colocando o estado na sétima posição do *ranking* nacional de produção e na sexta posição no *ranking* da exportação (AGROSTAT, 2015).

Até o ano de 2015, existiam no MS cinco frigoríficos abatedores de aves, sendo quatro exportadores do produto, e duas dessas companhias fazem parte do topo da lista das empresas que mais exportaram carne de frango, a nível internacional. Considerando a capacidade de expansão do estado, aliada ao reconhecimento no mercado internacional das agroindústrias, o MS possui reais possibilidades de ampliar sua produção e conseqüentemente suas exportações (ABPA, 2015; INFOAGRO, 2015).

O mercado internacional ao longo dos anos passou por inúmeras mudanças com intuito de facilitar e ampliar o fluxo das negociações entre as nações, no entanto novos meios de

proteção foram criados com intuito de proteger a estabilidade interna de uma nação. Deste modo, devido à imposição das barreiras protecionistas, surgiram as dificuldades nas transações comerciais de um modo em geral (RATTI, 2000; LUZ, 2011).

A imposição das barreiras e medidas protecionistas dificultam a expansão tanto do comércio nacional quanto estadual, por diminuírem a real capacidade de produção e exportação dos produtos. As barreiras tarifárias e/ou não tarifárias, dentre outras dificuldades que o comércio internacional impõe podem retardar ou até mesmo diluir a competência que um país possui tanto na produção, quanto em sua industrialização, e que refletirá na comercialização do produto (SILVA et al., 2011).

Dessa forma, estudos que avaliem as barreiras ao desenvolvimento do setor avícola no estado tornam-se necessários a fim de colaborar com o seu fortalecimento e expansão. Portanto, esse estudo foi conduzido com o objetivo de avaliar a da evolução da cadeia avícola do estado de MS em relação ao Brasil e caracterizar a influência das barreiras comerciais impostas pelos países importadores da carne de frango sobre o crescimento das exportações do estado, visando estabelecer as oportunidades e desafios que o setor enfrenta para se consolidar na região centro oeste.

2.REVISÃO DE LITERATURA

2.1.Mercado internacional

O mercado internacional surgiu a partir da impossibilidade de um país produzir tudo o que precisa, devido as suas condições, seja de território, clima, recursos naturais entre outros. “Ninguém é capaz de produzir tudo o que necessita. E mesmo se o quisesse, esbarraria na própria ineficiência” (Luz, p.6, 2011). Deste modo torna-se necessário haver a troca de produtos entre os países a fim de suprir suas necessidades.

Adam Smith foi um dos primeiros a se dedicar ao estudo do comércio internacional. Em sua obra “A Riqueza as Nações” abordou a importância da divisão do trabalho que permite a especialização de produtos, bem como a troca entre as nações, melhorando a qualidade de vida das populações. Essas ideias deram origem à chamada “Teoria das Vantagens Absolutas”, que propõe que cada país deve se concentrar em produzir o que pode com baixo custo e trocar parte dessa produção por produtos que custem menos em outros países (RATTI, 2000).

David Ricardo (1772/1823) aperfeiçoou essas ideias e desenvolveu a “Teoria das Vantagens Comparativas”, baseada na deficiência de um país em produzir um bem e no que ele poderia dar em troca deste bem para outro país demonstrando que o comércio seria vantajoso para ambos. Ainda que um deles consiga produzir de forma mais favorável certo bem a troca faria com que ambos se beneficiassem (RATTI, 2000; LUZ, 2011).

Este foi o início das comercializações no âmbito internacional a partir de então surgiram novos meios que visavam estabelecer normas para este comércio. No ano de 1944 o FMI foi idealizado durante a Conferência de Bretton Woods, com o intuito de fiscalizar as taxas de câmbio dos países e emprestar recursos aos que precisassem; nessa mesma conferencia foi idealizado o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD com a função de financiar a reconstrução da Europa e o desenvolvimento mundial; além da Organização Internacional do Comércio – OIC como objetivo de fiscalizar o comércio internacional e o cumprimento dos acordos envolvidos (LUZ, 2011).

No ano de 1945 foi assinado o convênio constitutivo para criação do FMI e instituição do BIRD. Após sua criação em 1994 a OIC foi chamada de Organização Mundial do Comércio – OMC. O *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, instituído em 1947 conduzia o comércio de forma que não fosse discriminatório, condenando o uso de restrições quantitativas e definindo que disputas deveriam ser resolvidas por meio de consultas. Portanto seu objetivo era de proporcionar o crescimento do comercio internacional diminuindo as barreiras comerciais e o protecionismo (MAIA, 2003).

Desde a criação do GATT em 1947 foram realizadas oito rodadas comerciais entre os países membros com o objetivo de negociar as reduções de tarifas e outras medidas a fim de liberalizar o comércio. As cinco primeiras rodadas tomaram forma de negociações bilaterais paralelas. A sexta conhecida como Rodada Kennedy foi responsável por reduzir as tarifas em cerca de 35%. A sétima realizada em Tóquio, reduziu as tarifas e estabeleceu códigos a fim de controlar a proliferação de barreiras não tarifárias, e em 1994 ocorreu a oitava rodada no Uruguai, na qual ficou acordada em termos gerais, a liberação do comércio e reformas administrativas, a fim de facilitar o fluxo do mesmo (KRUGMAN e OBSTFELD, 2010).

É importante considerar que o mercado internacional é mais complexo que o interno, exigindo do país exportador atenção a diversos fatores, relativos ao importador e adaptar-se as suas exigências: tipo de transporte, contratos, forma de pagamento, taxa de câmbio, seguro, entre outros (RATTI, 2000).

2.2. Visão sistêmica de cadeia produtiva

Em 1957, foi apresentado o primeiro conceito de agronegócios, ou *agribusiness*, pelos pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, os quais não conseguiam ver a agricultura de modo indissociado, num contexto isolado, sem considerar os outros agentes que colaboravam para o êxito da cadeia. Sendo assim, avaliado como um sistema complexo, que envolve atividades desde o processo de produção, armazenamento do produto, processamento e distribuição, até chegar ao consumidor final (DAVIS e GOLDBERG, 1957).

Na visão de Batalha (2013) o conceito de agronegócio é a soma das operações que envolvem a produção e a distribuição de insumos agrícolas, bem como as operações de produção, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, assim como os itens que foram produzidos a partir deles.

O agronegócio é composto por cadeias produtivas que possuem componentes, ou elos auxiliares, que as interligam a outros sistemas. Um conjunto de operações que envolvem além da produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos que foram produzidos, até que cheguem ao consumidor final (CASTRO, 2001).

São esses subsistemas que compõem as cadeias produtivas ou *filières*, conjunto dos componentes que interagem no processo de produção (CASTRO, 2001). Seu objetivo é atender os anseios do consumidor final, e para tanto conta com agentes auxiliares no decorrer dos processos.

2.2.1. Sistemas agroindustriais

O conceito de Sistema Agroindustrial (SAG) tem como característica a noção de conjunto, o todo, onde os insumos, a produção agropecuária, as indústrias de alimentos e o sistema de distribuição estão correlacionados entre si. Portanto, a análise compartmentada de cada agente não seria possível, devendo ser realizada em conjunto com os agentes para que não ocorra e ou exerçam de alguma forma, influência sobre outros agentes integrantes de determinado SAG (SOUZA e AVELHAN, 2009).

O SAG engloba os segmentos que se caracterizam antes, durante e depois da porteira da fazenda, e estão relacionados com a produção, transformação e comercialização de um produto agropecuário básico, até chegar ao consumidor final. Desta forma, os SAGs possuem uma essência voltada a forma sistêmica e a noção de que as relações verticais de produção, que se realizam ao longo das cadeias produtivas, servem de direção para a formulação de estratégias empresarias e políticas públicas (SOUZA e AVELHAN, 2009; ZYLBERSZTAJN e NEVES, 2000).

Batalha e Silva (2008) caracterizam os SAGs pelo conjunto de relações que envolvem o meio de produção, antes da porteira, dentro e após a porteira, tendo como principal foco o macro segmento rural, o industrial e o de distribuição (Figura 1).

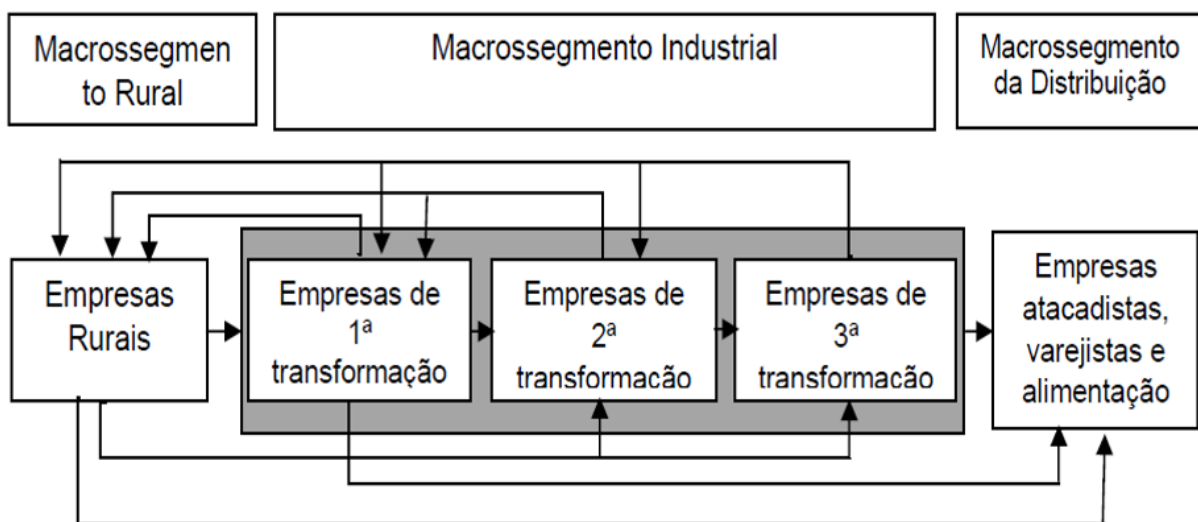


Figura 1: Sistema Agroindustrial – Subsistemas e Fluxos de Suprimentos.

Fonte: Batalha e Silva (2008).

O macro segmento rural é composto pelas empresas rurais, que realizam a produção animal ou vegetal, e pode ser dividido em empresas de primeira, segunda e terceira transformação. As empresas de primeira transformação são as responsáveis pelos primeiros processos de transformação da matéria prima agropecuária, fornecidos diretamente à

comercialização ou, como insumos para as indústrias de segunda e terceira transformação. Estas últimas irão gerar produtos mais elaborados, como por exemplo, tortas, pizzas, refrigerantes, doces, etc. (BATALHA e SILVA, 2008).

Para Zylbersztajn e Neves (2000), o SAG é visto como um conjunto de relações contratuais entre empresas e agentes que contribuem em cada elo da cadeia, cujo objetivo final é disputar o consumidor de determinado produto.

3.PANORAMA DA AVICULTURA

3.1. Cadeia avícola no mundo

A avicultura em um contexto internacional nos anos de 2011 à 2015 teve como maiores produtores mundiais os EUA, China e Brasil (Tabela 1). Nesse período os três países juntos produziram mais de 50% do total de carne de frango ofertada no mercado mundial (USDA, 2016).

Tabela 1: Produção mundial de carne de frango – 2011 à 2015 (mil/ton.).

País produtor	2011	2012	2013	2014	2015
EUA	16,694	16,621	16,976	17,254	17,966
China	13,200	13,700	13,350	13,000	13,025
Brasil	12,863	12,645	12,308	12,692	13,080
EU	9,320	9,565	9,910	10,330	10,600
Índia	2,900	3,160	3,450	3,725	3,900
Rússia	2,575	2,830	3,010	3,260	3,550
México	2,906	2,958	2,907	3,025	3,100
Argentina	1,770	2,014	2,060	2,050	2,060
Turquia	1,619	1,707	1,924	1,956	1,980
Tailândia	1,350	1,550	1,500	1,570	1,650
Subtotal	65,197	66,605	67,395	68,862	70,911
Demais	15,962	16,532	17,099	17,642	17,033
Total	81,159	83,282	84,494	86,549	87,944

Fonte: USDA (2016).

A produção mundial tem aumentado consideravelmente ao longo dos anos, com destaque para os maiores produtores mundiais. De acordo com o relatório da USDA (2016), a

produção mundial deverá aumentar em cerca de 2%, equivalente a 89,3 milhões de toneladas de carne de frango para o ano de 2016. Considerando o aumento da população mundial que deverá alcançar 9,2 bilhões de pessoas no ano de 2050, principalmente advindo da China e Índia, a produção deverá aumentar consideravelmente a fim de atender esta demanda, o que aquecerá as exportações de modo geral (FAO, 2015).

Os principais exportadores mundiais de carne de frango no período de 2011 à 2015, foram Brasil, EUA e UE, com quantidades expressivas de exportação (Tabela 2).

Tabela 2: Exportação mundial de carne de frango – 2011 à 2015 (mil/ton.).

País exportador	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	3,443	3,508	3,482	3,558	3,740
EUA	3,165	3,299	3,332	3,312	2,990
EU	1,044	1,094	1,083	1,133	1,150
Tailândia	467	538	504	546	580
China	422	411	420	430	395
Turquia	206	284	337	379	340
Argentina	224	295	334	278	200
Ucrânia	42	75	141	167	180
Canadá	143	141	150	137	130
Belarus	74	105	105	113	120
Subtotal	9,230	9,750	9,888	10,053	9,825
Demais	343	337	367	417	406
Total mundial	9,573	10,087	10,255	10,470	10,231

Fonte: USDA (2016).

Os três principais fornecedores de carne de frango do mundo corresponderam juntos a mais de três quartos do comércio deste produto, ou seja do que foi ofertado desse produto no comercio internacional. Os dez principais exportadores da carne de frango no mundo tiveram crescimento da demanda e assim das exportações destes países. A USDA (2015) prevê para o ano de 2016 um aumento de 4% nas exportações subindo para 10,7 milhões de toneladas de carne de frango exportada mundialmente. Essas exportações serão impulsionadas por novas demandas de suprimentos, e como a carne de frango possui preços mais baixos em comparação a outras proteínas animais, as exportações devem aumentar na mesma proporção.

O Brasil possui destaque tanto na produção quanto exportação da carne de frango, isso internamente e externamente. Esse reconhecimento se deve ao grande investimento em melhorias no setor, aliada a tecnificação da cadeia por meio de modernos sistemas de planejamento, que permitem uma maior organização e coordenação dos elos. Os investimentos em pesquisas e estudos também foram de fundamental importância para o fortalecimento do setor (VOILÀ e TRICHES, 2013).

A demanda mundial de carne de frango provem principalmente de países como Japão, Arábia Saudita, México e União Europeia, que são os principais importadores mundiais (Tabela 3).

Tabela 3: Importação mundial de carne de frango – 2011 à 2015 (mil/ton.).

País importador	2011	2012	2013	2014	2015
Japão	895	877	854	888	900
Arábia Saudita	745	750	838	775	900
México	578	616	682	722	760
EU	734	727	671	709	710
Iraque	598	610	673	722	690
África do Sul	326	371	355	369	420
Hong Kong	410	300	272	299	360
Angola	287	301	321	365	240
China	238	254	244	260	250
Cuba	134	196	182	186	210
Subtotal	4,945	5,002	5,092	5,295	5,440
Demais	3,283	3,538	3,597	3,598	3,199
Total mundial	8,228	8,540	8,634	8,893	8,639

Fonte: USDA (2016).

O volume total da importação de carne de frango passou de 8,228 mil toneladas em 2011 para 8,639 mil toneladas em 2015, um aumento de cerca de 5%. Os países que importam volumes mais expressivos do produto são o Japão e Arábia Saudita importando cada um, 900 mil toneladas, seguido do México que importou 760 mil toneladas, todos em 2015.

A queda do preço da carne de frango, aliada ao aumento do poder aquisitivo da população foram as causas do aumento da demanda de carne de frango no mundo. As mudanças

nos hábitos alimentares da população mundial, que passou a comer mais carnes brancas também são fatores essenciais pra o ampliar a produção neste setor (COSTA *et al.*, 2015).

Deste modo verifica-se o crescimento da movimentação da carne de frango no contexto brasileiro e internacional fica implícita a importância desse produto nas comercializações dos países, e no consumo das populações. O comércio internacional entre as nações reforça a teoria já apresentada em que os países precisam um dos outros, pois não são capazes de produzir tudo o que precisam, e assim fortalecem as negociações e favorecem ambas as nações que participam desse comércio.

3.2. Cadeia avícola no Brasil

A cadeia produtiva avícola brasileira possui destaque mundial, tanto em termos de produção quanto exportação. Fato que se deve a evolução tecnológica pela qual o setor passou ao longo dos anos. O setor pode ser considerado uma das cadeias produtivas do país, que possui o maior nível de coordenação entre seus elos, o que lhe confere alto grau de competitividade no mercado mundial (ARAÚJO *et al.*, 2008).

O processo de modernização e tecnificação que ocorreu dentro desta cadeia fez com que houvessem avanços no processo produtivo. O abate das aves passou de 56 dias de idade em 1990 para 40 a 45 dias em 2013, e o uso da inovação, tecnologia, melhoramento genético, nutrição animal, manejo e ambiência foram fatores importantes que tiveram reflexo imediato na conversão alimentar das aves e no processo produtivo (RIZZI, 1993; PATRICIO *et al.*, 2012; MENDES, 2014).

O Brasil produziu no ano de 2015 aproximadamente 13 milhões de toneladas de carne de frango, com destaque para as regiões sulistas. O Paraná lidera o *ranking* nacional de abate com 32,46% da produção, seguido de Santa Catarina com 16,24% e Rio Grande do Sul com 14,13%, o estado de MS encontra-se na 8ª posição no ranking nacional (Figura 2) (ABPA, 2016).

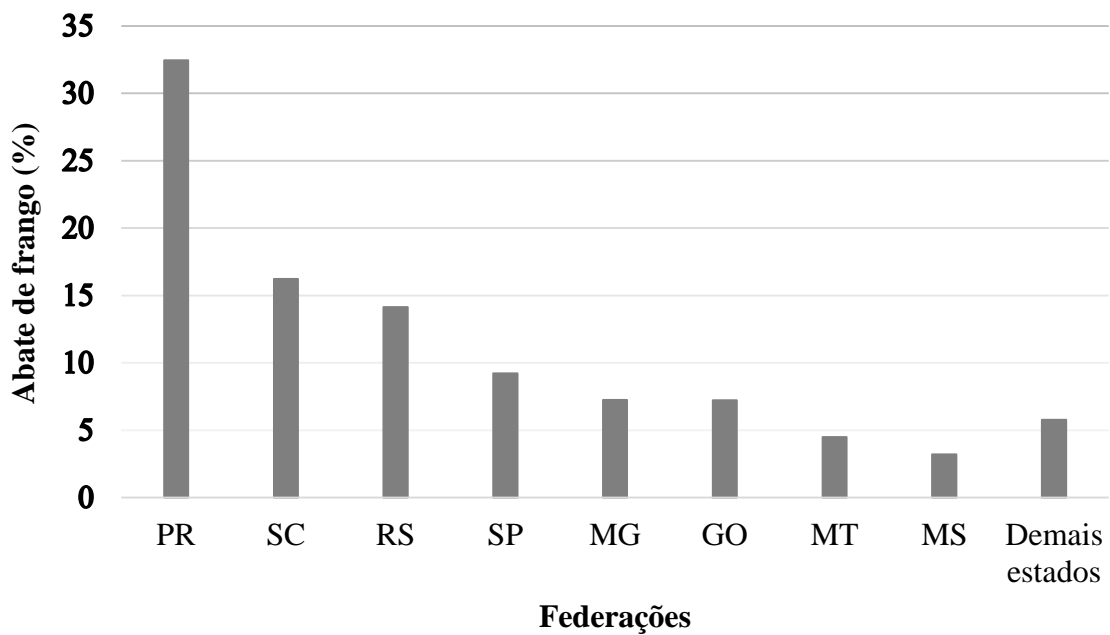


Figura 2: Abate de frango de corte por unidade da federação em 2015.

Fonte: ABPA (2016).

Do total produzido pelo país no ano de 2015, 67,3% da produção foi destinada ao mercado interno e 32,7% destinada à exportação. Do total exportado, 57,7% foram na forma de cortes, 32,6% frango inteiro, 4,2% salgado, 3,7% industrializados e 1,8% de produtos embutidos (ABPA, 2016).

No ano de 2015 o Brasil exportou 4,304 milhões de toneladas de carne de frango, este total é dividido entre as unidades federativas produtoras da carne. Assim como na produção, a exportação tem como destaque os estados do sul, com o Paraná sendo o maior exportador nacional respondendo por 35,7% das exportações do país. Em seguida estão os estados de Santa Catarina com 23,30% e Rio Grande do Sul com 17,66%. O MS encontra-se na sétima posição deste *ranking* (Figura 3) (ABPA, 2016).

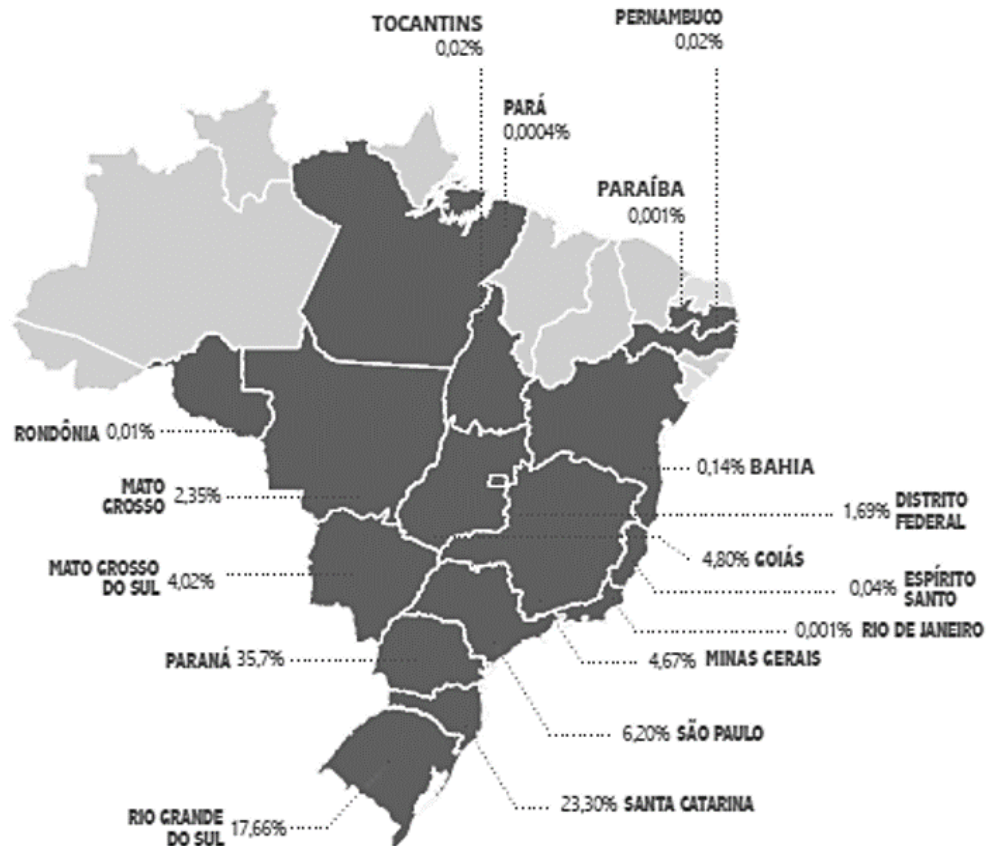


Figura 3: Exportação de carne de frango por unidade da federação em 2015 (não inclui embutidos).

Fonte: ABPA (2016).

O Brasil é considerado o maior exportador mundial de carne de frango desde o ano de 2004 e sua eficiência em produção e sanidade animal lhe assegurou este posto ao longo dos anos. Dentre os principais compradores da carne produzida no Brasil estão respectivamente: Arábia Saudita, Japão, Holanda, China e Emirados Árabes (Tabela 4) (Portal Avisite, 2015).

Este excelente desempenho da cadeia produtiva do frango de corte brasileira tanto a nível nacional quanto internacional, provem da adoção de tecnologias aliado a produção de grãos do país, base da alimentação de frangos de corte (COSTA *et al.*, (2015).

Tabela 1: Principais importadores da carne de frango brasileira – 2015.

Países importadores	Volume (mil/ton.)	Receita (US\$)
Arábia Saudita	789,3	1.369,5
Japão	420,6	842,1
China	307,0	607,7
Emirados Árabes	303,7	509,5
Hong Kong	236,3	293,3
África do Sul	209,5	106,6
Holanda	192,6	460,5
Venezuela	132,1	305,7
Kuwait	121,6	192,1
Subtotal	2.712,7	4,687

Fonte: Portal Avisite, 2016.

Os dez maiores importadores da carne de frango brasileira absorveram dois terços do volume total exportado pelo país no ano de 2015, sendo a Arábia Saudita e o Japão os importadores mais expressivos, importando 1.209,6 mil toneladas do produto.

4.REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGROSTAT – Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro – 2015. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>>. Acesso e: 03 de janeiro de 2016.
- ARAUJO, G. C.; BUENO, M. P.; BUENO, V. P.; SPROESSER, R. L.; SOUZA, I. F.. Cadeia Produtiva da Avicultura de Corte: Avaliação da Apropriação de Valor Bruto nas transações Econômicas dos Envolvidos - 2008. Disponível em: <seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/viewFile/95/58> Acesso em: 20 de maio de 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. RELATORIO ANUAL DA AVICULTURA 2016. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/storage/files/versao_final_para_envio_digital_1925a_final_abpa_relatorio_anual_2016_portugues_web1.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2016.
- BATALHA, M. O.; SILVA, A. L.. **Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais.** In: BATALHA, M. O. (Coord). 3. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008. p. 1-62.
- BATALHA, M. O.. **Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais/ Coordenador Mario Otavio Batalha.** -3, ed.-7reimpr.-São Paulo: Atlas, 2013.
- BELUSSO, D.; HESPANHOL, A. N.. A Evolução da Avicultura Industrial Brasileira e seus Efeitos Territoriais. **Revista Percorso – NEMO.** Maringá, v.2, n.1, p. 25-51, 2010.
- BRADESCO; DEPEC- Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos – Relatório de Consumo de Carnes. Março de 2015. Disponível em: <www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_carne_avicola.pdf> Acesso em: 05 de maio de 2015.
- CASTRO, A. M. G.. Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação. **Transinformação**, v.13, n. 2, p. 55-72, jul. /set. 2001.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. Balanço 2014 – Perspectivas 2015. Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br-files-Documento_Completo_balanco2014_perspectiva2015_web> Acesso em: 17 de julho de 2015.
- COSTA, L. S.;GARCIA, L. A. F.;BRENE, P. R. A. Panorama do setor de Frango de Corte no Brasil e a Participação da Indústria Avícola Paranaense no Complexo dado seu Alto Grau de Competitividade. **Anais do IV SINGEP – São Paulo – SP – Brasil, 2015.**
- DAVIS, J.; GOLDBERG, R.. **A concept of agribusiness.** Boston: Harvard University. 1957. 135 p.
- FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. Perspectivas Agrícolas 2015-2024 <<https://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2016.
- INFOAGRO - Balanço anual do agronegócio sul-mato-grossense 2013/2014 / SENAR/MS e FAMASUL – Campo Grande - MS : SENAR/MS, 2015. 94 P. : il. (color) ; 27,5 cm.

- KRUGMAN. P.. OBSTFELD. M.. **Economia Internacional**: teoria e política. 8. Ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2010.
- LUZ, Rodrigo. **Relações econômicas internacionais**: teoria e questões – 3. Ed.-Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. ISBN
- MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 8 ed.- São Paulo: Atlas, 2003. ISBN.
- MENDES, A. A.. A Cadeia Avícola Brasileira. In. Livro: **Produção de Frangos de Corte / Marcos Macari ... [et al.]**. – Campinas: FACTA, 2014. 565p.
- PATRICIO, I. S.; MENDES. A.A; RAMOS. DE A.A.; PEREIRA. D.F.. Overview on the performance of Brazilian broilers (1990 to 2009). **Revista Brasileira de Ciências Avícolas**, v. 4, n. 4, p. 233-238, 2012.
- PORTAL AVISITE – O Portal da Avicultura na Internet. Disponível em: <<http://www.avisite.com.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.
- RATTI, B.. **Comércio Internacional e Câmbio**. 10 ed.- São Paulo: Aduaneiras, 2000. ISBN
- RIZZI, A. T. Mudanças tecnológicas e reestruturação na indústria agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil. Curitiba: UFPR, 1993 (Texto para discussão n° 5/93).
- SILVA, S. Z.; TRICHES, D.; MALAFAIA, G. Análise das barreiras não tarifárias à exportação na cadeia da carne bovina brasileira. **Revista de Política Agrícola**, ano XX, n. 2, p. 23-39, 2011.
- SOUZA, J. P. de. AVELHAN, B. L.. Aspectos Conceituais Relacionados A Análise De Sistemas Agroindustriais. **Caderno de Administração**. Universidade Estadual de Maringá – Centro de Ciências Sociais Aplicada – Departamento de Administração. V.17, n.2. 2009. ISSN. 1516-1803.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA. Livestock and Poultry: World Markets and Trade. Production and Trade of All Meats to Expand in 2016. Disponível em: <http://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/livestock_poultry.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.
- VOILÁ, M.; TRICHES, D.. A Cadeia de Carne de Frango: Uma Análise dos Mercados Brasileiro e Mundial de 2002 a 2010. IPES Texto para Discussão. **Publicação do Instituto de Pesquisas Econômica e Sociais**. Universidade de Caxias do Sul. Janeiro, 2013.
- ZILBERSTAJN, D.; NEVES, M. F.; Economia e gestão dos negócios agroalimentares: Indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição I. 1 ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2000. 428 p. [1-20] ISBN: 85-221-0217-1.

CAPITULO 2: EVOLUÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Artigo formatado de acordo com as normas da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G & DR). ISSN: 1809-239x.

RESUMO

A evolução da cadeia produtiva avícola brasileira ocorre desde a década de 60, chegando ao Mato Grosso do Sul (MS) a partir da década de 90, com alto grau de tecnologia e expandindo-se devido à migração de empresas oriundas da região Sul. Considerando a importância desta cadeia para o desenvolvimento local, é que se tem como objetivo realizar um panorama evolutivo da cadeia produtiva avícola no estado do MS, considerando o período de 2007 à 2014 para a evolução da produção e das exportações. Foi realizada uma análise descritiva dos processos envolvidos na produção avícola. A pesquisa foi limitada ao estado de MS, Paraná (PR) e dados gerais da avicultura no Brasil. Foram utilizados dados do Infoagro, Sistema Famasul, Agrostat e Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA. Por meio dos dados coletados foi realizada a comparação da produção e exportação, entre os estados de MS e PR e a inserção destes no montante produzido e exportado pelo Brasil. Os resultados apontaram que o setor encontra-se em evolução dentro do MS, com crescimentos significativos na produção e exportação. O PR possui um crescimento superior ao do MS, mas que não minimiza seus números, apenas evidencia seu potencial de crescimento, pois tem feito isso ao longo dos anos, o que demonstra que o estado tem conseguido acompanhar o crescimento do setor. Entretanto é preciso ainda de tempo para que a cadeia se consolide definitivamente na região. Para tanto se torna necessário investimento tanto na atração de novas empresas, quanto no incentivo e fortalecimento da atividade junto aos produtores do estado do MS.

Palavras Chave: Avicultura, Cadeia produtiva, Frangos de Corte, MS.

CHAPTER 2: POULTRY CHAIN EVOLUTION IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL

Article formatted according to Brazilian Journal of Regional Management and Development
(G & DR) norms. ISSN: 1809-239x.

ABSTRACT

Brazilian poultry chain evolution occurs since the 60s, reaching Mato Grosso do Sul (MS) in the 90s, with high technology and expanding due to companies' migration from South. The aim of study was analyzed the evolution of poultry chain in the state of MS from 2007 to 2014. A descriptive analysis of poultry chain production processes was performed. The research was limited to the state of MS and general data of poultry industry in Brazil. It was used data from Infoagro, Famasul System, Agrostat and Brazilian Association of Animal Protein. Through the data collected it was realized a comparison of poultry meat production and export between the states of MS and Paraná (PR). Results showed that poultry sector is in evolution within the MS, with significant growth in production and export. The state of PR has a higher growth than MS state, however, that does not diminish their numbers, only highlights its potential for growth, but still needs time to consolidate the poultry chain in the region. Therefore, it is necessary investment to attracting new businesses, and to encouragement and strengthening of activity along MS farmers.

Keywords: agribusiness, broilers, development, export1.

1.INTRODUÇÃO

A evolução da eficiência da cadeia produtiva avícola brasileira ocorreu devido às melhorias obtidas nas áreas de melhoramento genético, nutrição, manejo e sanidade e renderam ao Brasil *status* sanitário reconhecido mundialmente, liderança na exportação e segundo posto na produção de carne de frango (ABPA, 2016).

Em Mato Grosso do Sul (MS) a cadeia produtiva da avicultura de corte passou por um processo de expansão a partir da década de 90, com a utilização de novas tecnologias (MIZUSAKI, 2001; 2007). Essa expansão ocorreu devido à migração de empresas oriundas da região Sul, que vieram para o Centro Oeste em busca das áreas agricultáveis, insumos como soja e milho a preços mais acessíveis, além do incentivo fiscal, que proporcionou redução de custos de produção (BARCZSZ e LIMA FILHO, 2009).

Dessa forma, houve a implantação de distritos industriais como forma de consolidação e racionalização de recursos agroindustriais, contribuindo para um elevado crescimento da produção de carne de frango na região (BARCZSZ e LIMA FILHO, 2009).

No entanto, o setor avícola também enfrentou desafios para se desenvolver e se consolidar no MS, como por exemplo, custo dos fretes até os portos marítimos e da energia; condições das estradas vicinais; além da carga tributária incidente sobre as comercializações interestaduais. Assim, as indústrias da região ficavam restritas às vendas no mercado interno estadual ou se voltavam ao comércio internacional, na qual são isentas de recolhimento de impostos, conforme prevê a Lei Kandir (BARCZSZ e LIMA FILHO, 2009).

No contexto das exportações o país exportou mais de 4 milhões de toneladas de carne de frango no ano de 2015, e deste total o MS contribuiu com apenas 4,02% ou seja, 173,02 mil toneladas, percentual considerado baixo, quando comparado a outras regiões e considerando a capacidade de expansão que o estado possui (ABPA, 2016).

O MS tem capacidade de abate de cerca de 130 milhões de cabeças por ano, alojamento de 115 milhões de pintos e potencial para produzir 120 milhões de quilos de ração (Gordim, 2003). O estado abriga 1.141 aviários e possui 490 integrados, provenientes da agricultura familiar, que favorece o desenvolvimento da atividade dentro do estado (INFOAGRO, 2015).

A região ganha destaque por ser produtora de grãos, base do alimento destinado aos frangos de corte, com logística favorável ao escoamento da produção, fazendo divisa com dois estados portuários, São Paulo e Paraná (INFOAGRO, 2015). No entanto ainda que com tantas possibilidades de expansão, o estado possui números poucos expressivos tanto em termos de produção quanto exportação. O que remete ao questionamento de que a evolução desta cadeia dentro do MS está estacionada, e sem grandes avanços ao longo dos anos.

Considerando a importância da cadeia produtiva para o desenvolvimento local, a produção de frangos de corte é uma atividade fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil e das regiões na qual está inserida, devido à complexidade da sua cadeia, que possui relações e inter-relações com outros setores, como o milho, farelo de soja, vitaminas, minerais, sanidade animal, transporte, máquinas, genética entre outros (EMBRAPA, 2014).

A expressividade do setor também pode ser vista na geração de empregos, que em um contexto nacional é responsável por cerca de cinco milhões de empregos diretos e indiretos (MENDES, 2014). No MS, o setor criou mais de doze mil postos de trabalho, demonstrando deste modo sua importância tanto econômica quanto social (INFOAGRO, 2015).

Diante do contexto apresentado e da importância que a cadeia possui para o desenvolvimento regional, o objetivo deste trabalho consiste em realizar um panorama evolutivo da cadeia produtiva avícola no estado do MS, considerando o período de 2007 à 2014 para a evolução da produção e das exportações, mediante dados obtidos com as instituições responsáveis.

2.REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Estrutura da cadeia produtiva avícola

A cadeia produtiva avícola é caracterizada pela sucessão de operações que levam a produção de um determinado produto. Esta cadeia pode ser desmembrada em quatro setores: produção de insumos, industrialização, comercialização e distribuição (VOILÁ e TRICHES, 2013).

Batalha e Silva (2008) definem o processo inicial de produção como sendo a etapa de produção da matéria-prima, deste modo, na cadeia avícola o produto final é o frango abatido, sendo a matéria-prima o próprio frango em sua fase inicial de vida.

A cadeia produtiva da avicultura pode ser caracterizada pelos principais elos: avozeiro, matrizeiro, incubatório/nascedouro, aviário, frigorífico, varejista e consumidor final (Figura 1). Pesquisa e melhoramento genético, medicamentos, milho, soja e outros insumos, equipamentos e embalagens são caracterizados como elos auxiliares dessa cadeia (MICHELS e GORDIM, 2005).

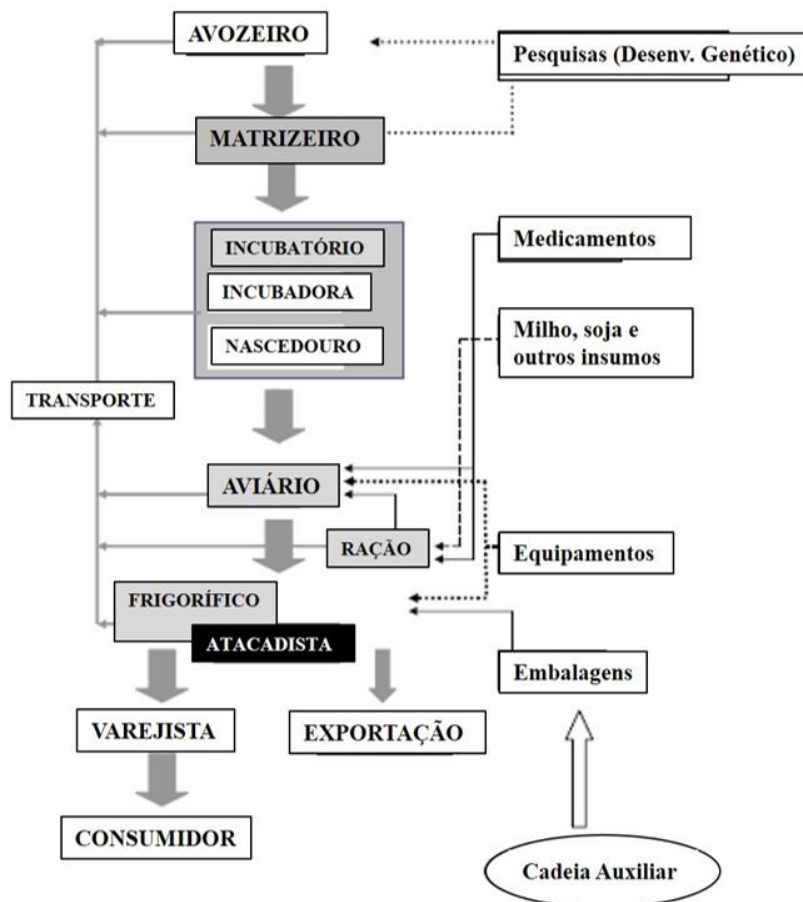


Figura 1: Representação da cadeia produtiva da avicultura.

Fonte: Michels e Gordim (2005).

O avozeiro é o primeiro elo da cadeia, no qual são alojadas as galinhas avós, originárias da importação de ovos das linhagens avós. Estas são cruzadas para produzir as matrizes, que vão gerar os frangos comerciais criados para o abate. No matrizeiro são produzidos os ovos férteis e o mesmo pertence ao frigorífico. O incubatório também pertence ao frigorífico (no caso das empresas maiores), neste elo são incubados os ovos férteis e dão origem aos pintos de corte que serão encaminhados para o quarto elo da cadeia, os aviários. No aviário ocorre a produção propriamente dita, geralmente caracterizada pelos contratos de integração, no qual ocorre o processo de crescimento e engorda das aves. O abate é realizado no frigorífico, originando o produto final, ou seja, o frango resfriado, congelado, inteiro e em cortes/pedaços. No varejo ocorre o processo de comercialização do produto seja no mercado interno ou externo, fazendo com que o produto chegue ao último elo da cadeia, o consumidor (MICHELS e GORDIN, 2005; ARAUJO *et al.*, 2008).

2.2. Integração vertical

De acordo com Porter (1989), a integração vertical é a combinação de processos de produção, distribuição, vendas e outras ações econômicas distintas quanto à tecnologia, situadas no domínio de uma mesma empresa. Portanto, a integração vertical na cadeia avícola, ocorre quando uma empresa coordena todo o processo de produção, fornecendo os pintos de um dia, os insumos e a assistência técnica e compram o frango produzido dos produtores, processam e realizam a comercialização do produto final para os consumidores (EMBRAPA, 2002).

Segundo a Embrapa (2002), o produtor integrado é responsável pelo fornecimento dos demais insumos necessários à condução da atividade avícola. Neste sistema de produção integrada, as relações contratuais entre integrador/agroindústria e integrado/avicultor são feitas por meio de contrato, nos qual são especificadas as condições de produção e/ou comercialização.

Costa (1999) relatou que o sistema de integração foi o responsável por impulsionar a avicultura, por meio da inserção de novas tecnologias, financiamento da produção e a obtenção de economias potenciais, como economias de escala e reduções dos custos de produção.

Segundo Jank (1997), a integração das organizações da cadeia produtiva, é um fator fundamental para a competitividade nas exportações. O setor avícola possui alta capacidade de adaptação ao mercado, e o sistema permite a produção regular e padronizada de matéria prima a preços mais estáveis do que os praticados no mercado interno, permitindo planejar as exportações com antecedência.

2.3. Cadeia avícola no MS

De acordo com o Infoagro (2015), no ano de 2013 o alojamento de galináceos no estado foi de 24.458,357 milhões de cabeças, o que resulta em cerca de 1,96% do rebanho nacional. O MS encontra-se na décima primeira posição no *ranking* nacional da distribuição do rebanho, sendo os estados que possuem um maior rebanho, o Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição do rebanho de galináceos por unidade federativa no ano de 2013 (cabeças).

Ranking	Estado	2013
1	Paraná	275.822,799
2	São Paulo	215.678,844
3	Santa Catarina	152.982,665
4	Rio Grande do Sul	149.295,641
5	Minas Gerais	119.203,003
6	Goiás	60.727,995
7	Mato Grosso	39.037,025
8	Bahia	30.287,629
9	Pernambuco	28.493,243
10	Ceará	28.394,243
11	Mato Grosso do Sul	24.458,357

Fonte: SIDRA/IBGE – PPM.

Elaboração: DECON/SISTEMA FAMASUL (INFOAGRO, 2015).

O MS no ano de 2013 esteve na 11^o posição do *ranking* nacional de distribuição de galináceos, a distribuição espacial dentro do estado, apresenta o município de Sidrolândia em primeiro lugar, com 26,05% do rebanho do estado, seguido do município de Dourados com 9,26%. No entanto, quando se considera a região da grande Dourados, que engloba os municípios de Caarapó, Glória de Dourados, Fátima do Sul e Itaporã o percentual é três vezes maior. Na terceira posição do *ranking* de criação de frangos está o município de Terenos com 1,7 milhões de cabeças (INFOAGRO, 2015).

3.METODOLOGIA

A pesquisa foi limitada ao estado de Mato Grosso do Sul (MS), Paraná (PR) e dados gerais da avicultura no Brasil. Foram utilizados dados do INFOAGRO/2015, Sistema Famasul, Agrostat, Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA. Escolheu-se o estado do PR para a comparação com o MS, por este ser o maior produtor e exportador do produto no *ranking* nacional.

Com o principal objetivo considerar a relevância e observar a evolução que houve na produção e exportação no estado do MS, analisando seu percentual de crescimento, bem como sua participação nos números da avicultura do Brasil, e assim também comparar com os percentuais de crescimento que o PR obteve no mesmo período.

Por meio dos dados coletados fez-se a comparação da produção e exportação no período de 2007 à 2014, sendo analisados os estados de MS e PR e a inserção destes no montante produzido e exportado pelo Brasil. Nesta análise buscou-se verificar a evolução que os estados tiveram no período de oito anos, e suas contribuições na produção e exportação da carne de frango do país.

O período para as análises de produção e exportação foram selecionados com base nas informações disponibilizadas pelos órgãos citados acima, responsáveis por tal mensuração, sendo, portanto, até o presente momento (25/10/2016) dados atualizados.

Para a pesquisa não foram utilizadas ferramentas estatísticas. Os dados foram dispostos em gráficos e tabelas que demonstram os números dos estados, do Brasil e o percentual de participação dos estados nos números nacionais ao longo dos anos.

4.RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1.Produção e exportação de 2007 a 2014

Os dados comparativos de produção e exportação entre os estados de MS e PR estão dispostos na Tabela 2. É possível verificar que a produção de carne de frango do MS apresentou uma taxa de crescimento de 4,94% ao ano, tendo produzido 378,6 mil toneladas em 2014. No ano de 2007 o MS produziu cerca de 270,059 mil toneladas de carne de frango, e teve um aumento de 40,19% até o ano de 2014. Esse crescimento pode ser explicado pela expansão da participação do produto no consumo interno e pelo potencial positivo da atividade para as exportações (INFOAGRO, 2015).

O estado do PR obteve um percentual de crescimento de 84,20% do ano de 2007 ao ano de 2014 passando de uma produção de 2.222,0 mil de toneladas de frango em 2007 para 4.093,7 mil de toneladas de carne de frango em 2014, o estado foi responsável em 2014 por 32,26% da produção brasileira, com crescimento expressivo ao longo dos anos.

Tabela 2: Produção de carne de frango no Brasil e produção/participação do MS e do PR – 2007 à 2014 (mil/ton.).

Ano	Brasil (milhões/ton.)	MS (mil/ton.)	Participação MS (%)	PR (mil/ton.)	Participação PR (%)
2007	10,310	270,059	2,61	2.222,0	23,01
2008	10,940	296,087	2,70	2.492,0	23,00
2009	10,980	294,280	2,68	2.515,5	22,90
2010	12,230	331,351	2,70	2.849,5	23,30
2011	13,050	341,454	2,61	3.070,0	23,50
2012	12,650	338,029	2,67	3.033,3	26,30
2013	12,300	366,779	2,98	3.200,0	26,01
2014	12,690	378,604	2,98	4.093,7	32,26

Fonte: Elaboração do autor com dados do INFOAGRO (2015); ABPA (2008 – 2015).

O Brasil obteve um crescimento de cerca de 23,08% saindo de uma produção de 10,310 milhões de toneladas de frango em 2007 para 12,690 milhões de toneladas em 2014. Ao comparar o percentual de crescimento dos estados do MS e PR com o Brasil percebe-se que ambos obtiveram um crescimento maior do que a média do país, no entanto, o estado do PR teve o dobro de crescimento, quando comparado com o MS, mas deve-se levar em consideração a estrutura de produção avícola existente no estado do PR.

Segundo Costa et al. (2015), o estado do PR possui ao todo 53 abatedouros de aves (grandes, pequenos e médios). Este número expressivo de empresas, aliado ao uso constante de inovações tecnológicas e vantagens competitivas colocaram a região Sul no topo da produção e exportação nacional. Deste modo torna-se necessário em termos de análise levar em conta apenas o percentual de crescimento nos períodos analisados entre os estados, pois quando se refere a produção da cadeia paranaense esta não pode ser comparada com os números do estado do MS, que conta com cinco unidades abatedoras.

Em 2011 o estado do MS possuía 1.291 aviários e 602 integrados, no ano de 2014 houve uma redução deste número em cerca de 11,62% nos aviários e 18,61% nos integrados

(INFOAGRO, 2015). Entretanto, houve um aumento de cerca de 3,59% no abate de aves no período de 2007 à 2014 dentro do estado pois diminuiu-se o número dos aviários entretanto aumentou-se a capacidade dos existentes.

Segundo Infoagro (2015), em 2007 foram abatidas aproximadamente 123,9 milhões de aves e em 2014 cerca de 158,5 milhões, um crescimento acumulado de 27,97%. Ainda que o estado do MS possua pouca participação no abate nacional e ocupe o oitavo lugar no *ranking* nacional de abate de aves, contribuindo com apenas 3,09% do total abatido pelo país, o estado tem evoluído consideravelmente ao longo dos anos e possui potencial para crescimento.

De acordo com o Sistema Famasul (2015), o MS conta com cinco frigoríficos abatedores de aves, nos municípios de Sidrolândia que atende o mercado interno e externo; Caarapó (pertencente ao mesmo grupo investidor) que produz 100% de frango *Griller* para o mercado externo; Dourados e Itaquirai atendendo o mercado externo e interno e Aparecida do Taboado (pertencendo ao mesmo grupo investidor do situado em Itaquirai) que atende apenas o mercado interno.

Considerando o potencial do MS apontado por Gordim (2003) e Infoagro (2015), o estado não se encontra em seu limite produtivo, e sim em constante evolução na produção de carne de frango, além de possuir condições de crescimento, podendo vir a aumentar sua participação na produção nacional no futuro.

O estado do MS ocupa a sexta posição no *ranking* nacional de exportação da carne de frango. No ano de 2014 o estado exportou o equivalente a 169,8 mil toneladas do produto, o que representa uma receita próxima de US\$ 393,3 milhões de dólares (INFOAGRO, 2015). Na tabela 3, é possível visualizar a evolução das exportações do estado ao longo dos anos, bem como sua participação nas exportações nacionais.

No ano de 2007 foram exportados pelo estado do MS 118,177 mil toneladas de carne de frango, saltando para 169,83 mil toneladas no ano de 2014, um crescimento de 43,2%. Nesse mesmo período o crescimento das exportações de carne de frango do país foi de 24% saltando de 3,287 milhões de toneladas em 2007 para 4,099 milhões de toneladas de carne de frango em 2014 (Tabela 2). O estado do PR no período analisado obteve um crescimento de cerca de 52,5% passando de 843,658 mil toneladas em 2007 para 1.286,647 mil toneladas de carne de frango em 2014. O PR é maior exportador de carne de frango do Brasil e responsável no ano de 2014 por mais de 31% de todo produto exportado pelo país, percentual este quase oito vezes maior que o do MS, que contribui com 4,25% nas exportações de carne de frango em 2014.

Entretanto percebe-se que os dois estados estão expandindo suas exportações, com percentuais ao longo dos anos maiores que o obtido pelo país. Diante desse quadro de exportação pode-se constatar que mesmo que o MS possua pouca participação nas exportações do país ele tem acompanhado o crescimento do setor e se mostra competitivo com participações constantes no mercado internacional.

Tabela 3: Exportação de carne de frango do Brasil e exportação/participação do MS e do PR – 2007 à 2014 (mil/ton.).

Ano	Brasil (milhões/ton.10⁶)	MS (mil/ton.)	Participação MS (%)	PR (mil/ton.)	Participação PR (%)
2007	3,287	118,177	3,60	843,658	25,60
2008	3,646	124,250	3,41	915,164	25,10
2009	3,635	127,504	3,50	954,653	26,26
2010	3,820	131,231	3,44	1001,533	26,21
2011	3,943	136,815	3,47	1044,670	26,49
2012	3,918	124,885	3,19	1125,284	28,72
2013	3,892	149,049	2,83	1143,751	29,38
2014	4,099	169,834	4,25	1286,647	31,38

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do AGROSTAT (2015) e ABPA (2015).

Costa et al. (2015) concluíram em sua pesquisa que o potencial e destaque do estado do PR provem de sua produção de grãos, estrutura industrial e sistema de produção integrado. Foi na região Sul do país que o sistema de parceria na avicultura nasceu e, portanto, com evolução contínua, sendo a carne de frango o segundo item mais exportado pelo estado.

O MS também conta com itens apontados como sendo a causa da excelência da cadeia no estado do PR, entretanto esta atividade teve início apenas na década de 90 no estado, com pouco investimento no setor, o que indica que o estado conta com fatores positivos, entretanto, é possível que precise de alguns anos para que a cadeia se consolide definitivamente.

Do total de carne de frango produzida pelo MS, o mercado externo absorve cerca 41,39%, sendo o principal produto exportado, a carne *in natura* (INFOAGRO, 2015), portanto, com alto índice de exportação. Batalha (2013) define um setor como sendo competitivo de acordo com o desempenho e ou a participação de um determinado produto no mercado. Dessa forma considera-se a participação das exportações de um setor no mercado internacional a um nível constante e evolutivo, como sendo um forte indicador de competitividade internacional.

Barczsz e Lima filho (2008), em seu trabalho apontaram que as plantas industriais instaladas no MS, são da região Sul e do exterior, sendo seus principais mercados o Oriente Médio, Ásia e Europa. E que a maior parte dos produtos exportados são os cortes e o frango inteiro, onde menos de 2% são industrializados, demonstrando a deficiência em exportar mais produtos industrializados que poderia deixar a carne de frango com um maior valor agregado.

No ano de 2007 o MS produziu 270, 059 mil toneladas de carne de frango e exportou 43,75% desse total, sete anos depois em 2014 produziu 378,604 mil toneladas e exportou 44,85 % desse total, um aumento de 40,19% na produção e de 43,71% em suas exportações de 2007 a 2014, o que demonstra uma evolução tanto na produção como na exportação. O estado do PR em 2007 produziu 2.222,0 mil toneladas de carne de frango e exportou 37,96 % desse total, enquanto em 2014 sua produção foi de 4.093,7 mil toneladas, com uma exportação de 31,42 % desse volume, o que representa um crescimento de 84,29% em sua produção e de 52,5% em suas exportações. Ambos os estados estão em crescimento constante, no entanto, proporcionalmente o estado do PR teve maior crescimento quando comparado com o estado do MS, devido à concentração de empresas instaladas neste estado (Figura 3).

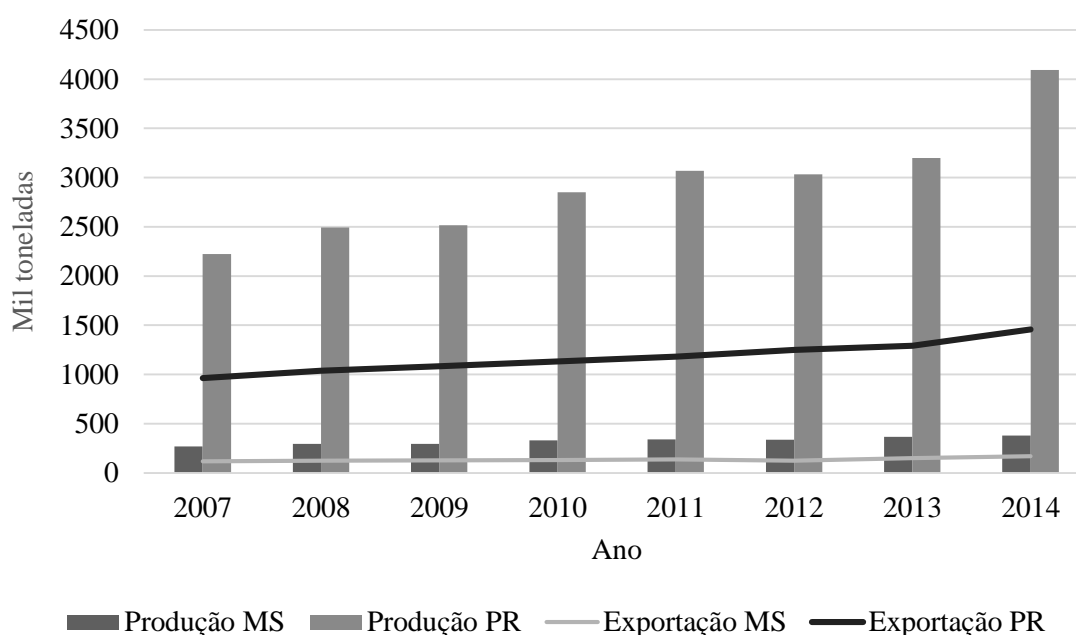


Figura 3: Produção e exportação de carne de frango do MS e do PR – 2007 à 2014.

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do AGROSTAT (2015) e INFOAGRO (2015).

Considerando a evolução dos estados do MS e do PR, tanto em produzir quanto em exportar carne de frango, ambas as atividades e estados têm crescimento contínuo. Farina *et al.* (1997), diz que a competitividade do ponto de vista da concorrência, está relacionada a

capacidade do setor em se manter, crescer e se desenvolver em mercados concorrentes ou novos, e ainda ser sustentável na posição de realizar lucros.

A carne de frango produzida no MS tem como principal destino no comércio internacional a Arábia Saudita, seguido do Japão e da China, com uma receita de aproximadamente 103, 80 e 60 milhões de dólares, respectivamente. Esses três países juntos foram responsáveis por uma receita de quase 245 milhões de dólares para o MS no 2014 (Tabela 4) (INFOAGRO, 2015).

O PR possui números expressivos quanto à receita obtida com exportação. A Arábia Saudita, Hong Kong e Emirados Árabes importaram cerca de 500 mil toneladas de carne de frango, e respondem por 38,92% do total exportado pelo estado, gerando uma receita de 882 milhões de dólares.

Arábia Saudita, Japão e Hong Kong são os três maiores importadores da carne de frango brasileira e juntos importaram no ano de 2014 por volta de 1.377.167,35 kg do produto, e formaram uma receita de 2.768.456,10 de dólares.

Tabela 4: Principais importadores da carne de frango do MS, PR e do Brasil – 2014.

Países	MS		PR		Brasil	
	Volume (kg)	Receita (US\$)	Volume (kg)	Receita (US\$)	Volume (kg)	Receita (US\$)
Arábia Saudita	47.080,180	103.512,62	263.596,094	475.003,519	647.735,33	1.228.181,5
Japão	30.177,624	80.241,71	83.027,751	215.624,882	413.878,64	1.082.963,4
China	24.996,676	60.618,83	79.818,120	186.909,416	227.547,81	518.794,3
Rússia	10.098,996	29.662,14	44.249,416	94.289,337	124.938,57	302.555,0
Emirados Árabes	9.138,145	20.530,366	108.707,605	209.613,559	257.044,48	508.419,9
Holanda	7.985,166	19.505,10	52.028,673	151.901,236	192.559,40	567.126,6
Hong Kong	6.889,011	8.379,02	128.548,581	197.458,460	315.553,38	457.311,1
Alemanha	4.662,187	9.006,90	14.864,375	45.132,668	81.156,39	199.090,6
Jordânia	2.849,655	5.279,66	18.417,071	24.283,946	50.216,71	74.139,9
Cingapura	2.613,495	6.783,28	11.231,845	20.570,950	81.148,94	192.834,7
Demais países	23.343,393	49.757,18	482.158,255	742.393,670	1.603,45	2.801.205,4
Total	169.834,528	393.276,86	1.286.647,786	2.363.181,643	3.995,2	7.932.623,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do AGROSTAT (2015).

O MS é responsável por 16,21% de toda carne que o país exporta para Arábia Saudita, e 10,35% para o Japão, num contexto geral percebe-se a importância do estado para a exportação brasileira. De acordo com Porter (1989) considerando que a competitividade está na capacidade de uma empresa conquistar e se desenvolver de modo a aumentar sua participação no mercado por meio de sua produtividade, é possível afirmar que o estado do MS tem conquistado mercados e se mantido no comércio internacional reafirmando que possui potencial de expansão.

A Arábia Saudita é o principal importador da carne produzida no MS, importando no ano de 2014 cerca de 47.080.180 mil toneladas, 28% do que o estado produz. Em segundo lugar está o Japão, que no mesmo ano importou 30.177.624 mil toneladas do produto, 18% do que foi produzido no estado. Em seguida tem-se a China com 24.996,68 mil toneladas importadas no ano de 2014. Juntos os demais países importaram 23.343.393 mil toneladas, mostrando a importância destas nações que ainda que comprem pouco, resultam juntas em 14% de vendas para o estado (Figura 4) (AGROSTAT, 2015).

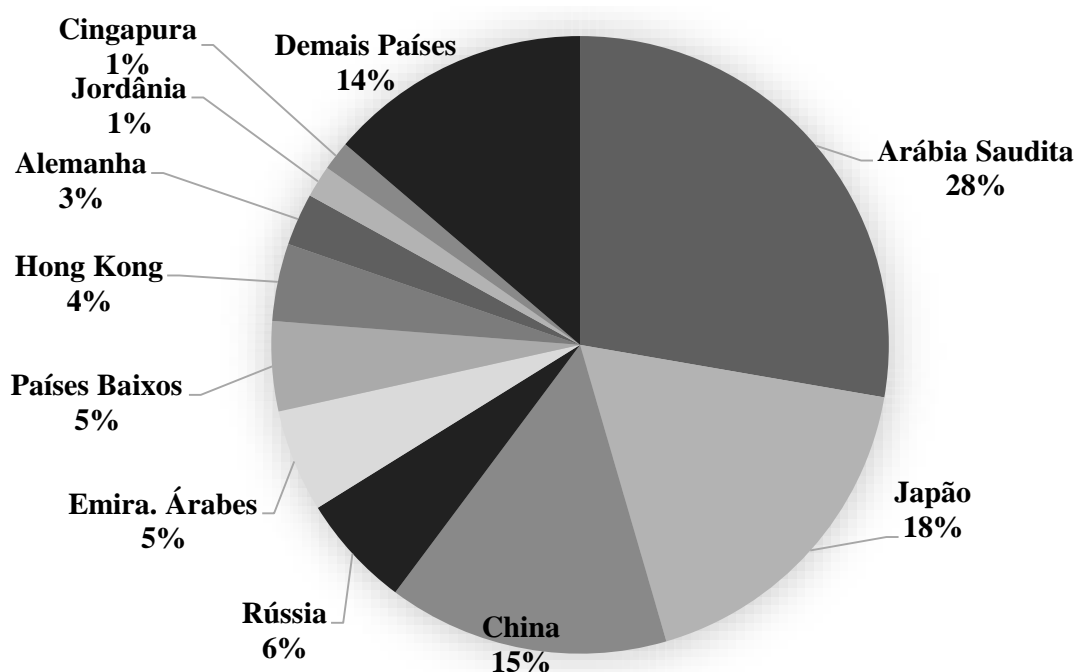


Figura 4: Importação (%) de carne de frango do MS pelos países em 2014.

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do AGROSTAT (2015).

5.CONCLUSÕES

A avicultura no MS obteve uma maior expansão a nível industrial a partir dos anos 90, com a utilização de novas tecnologias, e também devido a migração de empresas oriundas da

região Sul para região centro – oeste, que contribuíram para o desenvolvimento deste setor no estado.

O MS ocupa a sexta posição no *ranking* nacional de exportação e sétima no de produção, já o estado do PR é o maior produtor e exportador do país. Entretanto deve se considerar o início de atividade tardio que ocorreu no estado, se comparada à região Sul, e também a estrutura e capacidade produtiva existente no estado do PR.

Os resultados obtidos com a pesquisa apontaram que a cadeia avícola não se encontra estagnada dentro do estado do MS, ao contrário, o setor está em constante evolução, com crescimentos significativos ao longo do período estudo. O MS obteve um percentual de crescimento de 40,19% na produção entre os anos de 2007 a 2014, e o PR 84,20%. Em termos de exportações o MS obteve crescimento de 43,2% e o PR 52,5% no mesmo período. Esses percentuais de crescimento apresentados demonstram que o estado do MS tem conseguido acompanhar o crescimento do setor ao longo dos anos, pois percebe-se que os números crescimento entre MS e PR são competitivos, isso se considerar cada um em seu limite de capacidade produtiva.

Deste modo a pesquisa também verificou que a participação do MS nos números da cadeia avícola nacional ainda é de pouca representatividade, mas com potencial de crescimento, tendo em vista que o setor está em evolução e possui competitividade. Para tanto torna-se necessário que haja um maior investimento por parte do governo em fomentar a atividade dentro do estado, com subsídios que possam atrair novas empresas para o estado e expandir as já existentes. Com isso o estado do MS poderá contar com uma estrutura produtiva maior e com isso conseguirá aumentar sua produção e exportação.

6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGROSTAT – Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro – 2015. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2016.
- ARAUJO, G. C.; BUENO, M. P.; BUENO, V. P.; SPROESSER, R. L.; SOUZA, I. F.. Cadeia Produtiva da Avicultura de Corte: Avaliação da Apropriação de Valor Bruto nas transações Econômicas dos Envolvidos - 2008. Disponível em: <seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/viewFile/95/58> Acesso em: 20 de maio de 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. RELATORIO ANUAL DA AVICULTURA 2016. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/storage/files/versao_final_para_envio_digital_1925a_final_abpa_relatorio_anual_2016_portugues_web1.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2016.
- BARCZSZ, S. S. LIMA FILHO, D. O.. Agroindústria Exportadora de Frango de Corte Sul Mato Grossense e os Aspectos de Internacionalização. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v.2, n.2, p. 99-33, mai./ago. 2009 – ISSN 1981 – 9951.
- BATALHA, M. O.; SILVA, A. L.. Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. In: BATALHA, M. O. (Coord). 3. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008. p. 1-62.
- BATALHA, M. O.. **Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais/** Coordenador Mario Otavio Batalha. -3, ed.-7reimpr.-São Paulo: Atlas, 2013.
- COSTA, L. S.;GARCIA, L. A. F.;BRENE, P. R. A. Panorama do setor de Frango de Corte no Brasil e a Participação da Indústria Avícola Paranaense no Complexo dado seu Alto Grau de Competitividade. **Anais do IV SINGEP – São Paulo – SP – Brasil, 2015.**
- COSTA, T. V. A. M.. **Integração Regional e seus Efeitos sobre as Exportações Brasileiras de Carne Avícola.** Porto Alegre, 1999. Tese de dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS. Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas – IEPE. Disponível em: Periódicos CAPES/MEC.
- EMBRAPA – Relatório de Avaliação dos Impactos das Tecnologias Geradas pela Embrapa. Granulometria do milho para dietas de frangos de corte. Concórdia, SC. Março de 2014. Disponível em: <http://bs.sede.embrapa.br/2013/relatorios/suinoseaves_2013_granulometriaaves.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2014.
- EMBRAPA - Sistema Integrado de Produção de Frango de Corte em Área de Assentamento de Reforma Agrária. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/38323/1/DOC44.pdf>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2016.
- FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M.. **Competitividade: mercado, estado e organização.** São Paulo: 1 ed. Editora Singular, 1997. 286p.

- GORDIN, M. H. O. Cadeia Produtiva da Carne de Frango em Mato Grosso do Sul: Instrumento para desenvolvimento local. 98f. Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Desenvolvimento Local (Mestrado Acadêmico). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2003.
- INFOAGRO - Balanço anual do agronegócio sul-mato-grossense 2013/2014 / SENAR/MS e FAMASUL – Campo Grande - MS : SENAR/MS, 2015. 94 P. : il. (color) ; 27,5 cm.
- JANK, M. S. Organizações e estratégias nas exportações brasileiras de carnes. In: Vieira, W. & CARVALHO, F. **Mercosul: agronegócios e desenvolvimento econômico**. Viçosa: UFV, 1997. P. 109-153.
- MENDES, A. A.. A Cadeia Avícola Brasileira. In. Livro: **Produção de Frangos de Corte** / Marcos Macari ... [et al.]. – Campinas: FACTA, 2014. 565p.
- MICHELIS, I. GORDIN, M. H.. **Cadeia Produtiva da Avicultura de Corte em Mato Grosso do Sul**. Anais do ZOOTEC 2005. Campo Grande, maio de 2005
- MIZUSAKI, Márcia Yukari. Monopolização do território pelo capital e competitividade em Mato Grosso do Sul: o caso da avicultura. In. **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 8, 2001, Santiago. Anais Las oportunidades y desafios del siglo XXI para la geografía latino-americana. Santiago: Universidade de Chile, 2001. v. 1, p. 61-69.
-
- Reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul. **Geosul**, UFSC, v. 22, p. 135-154, 2007.
- PORTER, M. E.. **Estratégia Competitiva**: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência, 5 ed., Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1989.
- SISTEMA FAMASUL – Agronegócio MS. Disponível: <<http://famasul.com.br/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2015.
- VOILÁ, M.; TRICHES, D.. A Cadeia de Carne de Frango: Uma Análise dos Mercados Brasileiro e Mundial de 2002 a 2010. IPES Texto para Discussão. **Publicação do Instituto de Pesquisas Econômica e Sociais**. Universidade de Caxias do Sul. Janeiro, 2013.

CAPITULO 3 - ANÁLISE DAS BARREIRAS COMERCIAIS À EXPORTAÇÃO DE CARNE DE FRANGO

Artigo formatado de acordo com as normas da Revista Gestão e Produção. ISSN: 0104-530x.

RESUMO

Com a liberalização do comércio nas últimas décadas, houve também um crescimento contínuo no fluxo de negociações entre as nações, devido à redução de tarifas. No entanto, no mesmo período os agentes de mercado, em substituição a esses mecanismos criaram novas formas de proteção, a fim de promover a estabilidade econômica interna dos países e ao mesmo tempo ampliar e garantir o comércio entre as nações. O objetivo do estudo foi o de analisar as principais barreiras comerciais impostas pelos dez maiores importadores da carne de frango do Brasil e do Mato Grosso do Sul (MS), evidenciando as oportunidades e desafios que o setor enfrenta no estado. Trata-se de uma pesquisa documental, com dados primários e secundários de caráter descritivo exploratório, com abordagem qualitativa. Foram utilizados questionários semi-estruturados contendo perguntas abertas e fechadas, enviados via aplicativo *Survey Monkey* à Associação Brasileira de proteína animal – ABPA e à Secretaria de Estado de Produção e Agricultura Familiar – SEPAF. A pesquisa evidenciou que as barreiras técnicas são as mais presentes entre os países, demonstrando deste modo sua preocupação com a segurança, qualidade e procedência do produto importado. Entretanto a pesquisa apontou que as barreiras comerciais não constituem um problema para o crescimento da exportação de carne de frango no MS, mas que existem outras questões que precisam ser analisadas, como por exemplo, as ligadas aos incentivos governamentais que fomentam a atividade, tanto com incentivo para a instalação de empresas na região, como questões tributárias e relacionadas ao custo de produção.

Palavras Chave: avicultura, comércio internacional, MS, protecionismo.

CHAPTER 3 - COMMERCIAL BARRIERS ANALYSIS OF POULTRY MEAT EXPORT

Article formatted according Journal Management and Production. ISSN: 0104-530x.

ABSTRACT

With the trade liberalization in recent decades, also had a steady growth in negotiations between nations, due to tariff reduction. However, in the same period, market agents to replace these mechanisms created new forms of protection to promote domestic economic stability of countries and at the same time expand and guarantee trade between nations. The aim of the study was to analyze the main trade barriers imposed by the ten largest importers of poultry meat from Brazil and Mato Grosso do Sul (MS), highlighting the opportunities and challenges the sector faced within state. This is a documentary research with primary data, exploratory descriptive with a qualitative approach. It was used semi-structured questionnaires with open and closed questions sent by Survey Monkey software to Brazilian Association of Animal Protein and Secretary State of Production and Family Agriculture. Research showed that trade barriers are not a problem for MS growth of poultry meat export, and others issues need to be analyzed, such as those related to government incentives that encourage activity, such as incentives for companies' installation in region, tax issues and production costs.

Keywords: agribusiness, broilers, foreign market, protectionism.

1.INTRODUÇÃO

O protecionismo pode ser estabelecido como sendo as barreiras comerciais, classificadas em tarifárias, não tarifárias e técnicas. Dentre as barreiras estão as exigências do consumidor que almeja alimentos saudáveis, seguros e com qualidade, além da preocupação com questões ambientais e bem estar animal. O mercado internacional está cada vez mais exigente em relação à qualidade dos alimentos, que se destinam ao consumo humano, sendo estes os mais afetados pelas barreiras comerciais, em especial pelas medidas técnicas (FASSARELLA, 2010).

O mercado consumidor sofreu mudanças ao longo dos anos, no passado a compra de um produto alimentício estava condicionada primeiramente ao menor preço. Na atualidade percebe-se que essa decisão leva em consideração, além do preço, as especificações técnicas do produto e condições de produção. As restrições aos contaminantes biológicos, químicos ou físicos são cada vez mais presentes entre as exigências dos importadores, pois podem comprometer a qualidade do produto, podendo também limitar a participação da empresa em mercados exigentes (FRANÇA, 2006).

Desta forma, a fim de sobreviver a um mercado exigente, requisitos como produtividade, controle sanitário e eficiência econômica tornam-se fundamentais para o setor avícola (ALVES, 2008). A carne de aves brasileira enfrenta inúmeras barreiras sanitárias quando inseridas no mercado internacional, havendo a preocupação com o vírus da Influenza Aviária, doença de *Newcastle*, presença de antibióticos como melhoradores de desempenho, por exemplo, avilamicina e flavomicina ou anticoccidianos como nicarbazina e nitrofurano (SOUZA, 2006).

O Brasil investe na promoção da segurança da carne de frango produzida no país, por meio do Plano Nacional de Contingência para Influenza Aviária e Doença de *Newcastle* elaborado pela Coordenação de Sanidade Avícola e Departamento de Saúde Animal. Há também o controle do material de risco que adentra ao país, por meio do desenvolvimento de ações preventivas em todo território brasileiro. Essas medidas visam prevenir a incidência dessas doenças garantindo a segurança e qualidade da carne de frango brasileira (MAPA, 2009).

A população mundial deve alcançar aproximadamente 9,2 bilhões de pessoas até o ano de 2050, aumentando assim a demanda por alimentos oriundos da proteína animal. O Brasil é considerado o foco das perspectivas para produção de alimentos, pois figura entre as dez maiores economias mundiais, sendo o segundo maior fornecedor de alimentos e produtos agrícolas do mundo (FAO, 2015).

Considerando a ampliação da produção brasileira de carne de frango, de modo eficiente e o crescimento potencial do consumo mundial de proteína de origem animal, questiona-se de que forma as barreiras comerciais adotadas como política de proteção podem prejudicar as exportações do produto.

Diante deste contexto objetivou-se com este estudo caracterizar as principais barreiras comerciais impostas pelos dez maiores importadores da carne de frango do Brasil, e verificar a influência das mesmas sobre o crescimento das exportações no estado de MS, visando estabelecer os desafios e oportunidades que o setor enfrenta para se consolidar na região.

2.REVISÃO DE LITERATURA

2.1.Barreiras Comerciais

O mercado internacional é regido por inúmeras leis e requisitos que visam salvaguardar um país. As barreiras comerciais foram criadas para estabelecer regras e reger o comércio entre as nações, com o intuito de assegurar o comércio justo entre os países e ao mesmo tempo proteger a estabilidade econômica interna. Dentre as barreiras comerciais têm-se as tarifárias, não tarifárias e as técnicas (RATTI, 2000; LUZ, 2011).

2.1.1.Barreiras tarifárias

As barreiras tarifárias são aquelas criadas pela incidência de tarifas sob produtos e envolvem questões como impostos de importação ou exportação, quotas, racionamento de divisas, proibições e subsídios, ou seja, impostos aduaneiros (LUZ, 2011). No conceito da valoração aduaneira, os produtos de maior valor agregado pagam tarifas mais altas do que os de menor valor, esta aplicação de tarifas diferenciadas tornam o sistema justo. Os diversos acordos internacionais preveem o decréscimo gradual das tarifas, com intuito de viabilizar o aumento do comércio internacional (MDIC, 2002; LUZ, 2011).

As tarifas alfandegárias são as principais barreiras tarifárias utilizadas no comércio internacional. São tarifas ou taxas cobradas quando ocorre a importação de um produto e podem ser classificadas em três tipos: específicas, ou seja que incorporam um valor fixo à unidade de produto importado; *ad valorem*, que incorporam uma fração do valor do bem importado; e as mistas, que incorporam as outras duas tarifas (específica e *ad valorem*) (KRUGMAN e OBSTFELD, 2010).

As barreiras tarifárias dificultam o acesso e o interesse das empresas pelo comércio internacional devido aos altos custos que precisam ser incorporados ao produto, pois se devem considerar o reflexo dessas tarifas sobre os produtos e verificar se o processo é compensatório (LUZ, 2011). As empresas buscam reduzir os custos de produção para serem competitivas no entanto, os esforços podem ser nulos diante da imposição de uma tarifa aduaneira alta (RATTI, 2000).

As tarifas têm como função principal elevar os preços dos produtos que são importados no mercado interno, visando proteger os setores e alavancar receitas. As barreiras surgiram com o intuito de regulamentar as negociações, de modo que ambas as partes possam obter benefícios em suas transações, com implicações e dificuldades decorrentes para manter o mercado interno (KRUGMAN e OBSTFELD, 2010).

2.1.2.Barreiras não tarifárias

Denominam-se barreiras não tarifárias aquelas que não se referem ao pagamento de tributos sobre a importação/exportação. Decorrem da necessidade de atendimento a requisitos técnicos como aqueles estabelecidos num regulamento técnico ou a requisitos administrativos, como é o caso de limitação da exportação por cotas pré-fixadas (MDIC, 2002).

As barreiras surgiram da necessidade de proteger mercados sensíveis à competitividade internacional, uma vez que os regimentos liberalistas do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) possibilitaram um significativo decréscimo na utilização das barreiras tarifárias. À medida que as tarifas alfandegárias são menos utilizadas como fator protecionista, as barreiras não tarifárias surgem para compensar tal lacuna, com capacidade de travar e ou quantificar a importação de produtos (MDIC, 2002; LUZ, 2011).

As restrições quantitativas e políticas de governo que afetam o comércio podem ser representadas por subsídios, cotas de importação, restrições voluntárias à exportação, regulamentações de necessidade de conteúdo local e barreiras técnicas, com as sanitárias e as fitossanitárias. Desta forma os países importadores protegem à indústria local da competição direta com produtos importados o que favorece o desenvolvimento do país (RATTI, 2000; KRUGMAN e OBSTFELD, 2010).

2.1.2.1.Barreiras técnicas

As barreiras técnicas são caracterizadas por estabelecerem normas que visam à harmonização de padrões e normas de inspeção. Possuem efeito restritivo no comércio e diferem de país para país podendo também assumir caráter compulsório ou voluntário. As barreiras incluem ainda normas industriais de segurança, embalagens e mídia, além de medidas sanitárias e fitossanitárias (SILVA *et al.*, 2011).

Vários requisitos são solicitados pelos países importadores referentes às barreiras técnicas o que aumenta os custos para as empresas exportadoras, podendo limitar o comércio. As exigências do país importador de forma geral são mais rigorosas do que as encontradas dentro do país. Dentre elas tem-se o controle de segurança e/ou qualidade dos produtos, requisitos de rotulagem e de embalagem, certificação, medidas de proteção ambiental entre outras (HENSON e WILSON, 2005; MDIC, 2002; SEGERSON, 1999).

Regulamentos Técnicos, Normas e Procedimentos para Avaliação da Conformidade podem criar obstáculos ao comércio internacional. O Acordo sobre Barreiras Técnicas (ABT) da OMC considera que um regulamento adotado por um país será uma barreira técnica se

divergir da norma técnica internacional existente no que se refere às exigências para se atingir os objetivos legítimos que tenham justificado a promulgação desse regulamento (MDIC, 2002). Também é considerada uma barreira técnica a adoção de procedimentos de avaliação não transparente ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas (MDIC, 2002).

As barreiras técnicas tem o poder tanto de impedir ou retardar a exportação de um produto quanto o de produzir custos adicionais às empresas e aos seus países de origem. É comum a imposição destas barreiras por países desenvolvidos, com elevados picos tarifários, o que restringe o acesso a produtos agropecuários favorecendo os produtores internos. Há ainda a incidência das barreiras que dificultam o acesso aos mercados dos países ricos, incluindo as restrições quantitativas, sanitárias e fitossanitárias (FRANÇA, 2006).

2.1.2.2.Barreiras sanitárias e fitossanitárias

O comércio entre países é regido por órgãos internacionais que visam regularizar o comércio mundial de alimentos, realizando a aplicação de barreiras técnicas pelos países importadores, com o intuito de garantir o fluxo normal das negociações. Essas regras fazem parte do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) (ABPA, 2015).

De acordo com Fassarella (2010), os produtos destinados à alimentação ou matéria prima para produção de alimentos, produzidos pelo agronegócio são os mais afetados por medidas técnicas, em geral as sanitárias. Segundo Silva (2007), o SPS foi criado em 1995 com o objetivo de garantir a segurança alimentar e animal dos países que fazem parte da OMC, por meio de aplicações de regulamentos fitossanitários para evitar o abuso da imposição das barreiras.

Este acordo define como medidas sanitárias e fitossanitárias legítimas aquelas que têm como objetivos: a) proteger a vida animal e vegetal dentro do território do país, bem como dos riscos que podem surgir com a entrada de novos produtos; contaminação e disseminação de pestes, doenças, organismos contaminados ou causadores de doenças; b) proteger a vida e a saúde do ser humano e dos rebanhos animais dentro do território do país membro, de riscos surgidos de aditivos, contaminantes, toxinas ou organismos causadores de doenças em alimentos, bebidas ou rações; c) proteger a vida e a saúde do ser humano dentro do território do país, dos riscos provenientes de doenças portadas por animais, plantas ou produtos derivados, decorrentes da entrada, contaminação ou disseminação de pestes; d) proteger ou limitar outros danos dentro do território do país, decorrente da entrada, contaminação ou disseminação de pestes (INMETRO, 2015).

A certificação de segurança alimentar HACCP/ISSO 2200, é internacionalmente reconhecida pela metodologia de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, formalizada pelo *Codex Alimentarius Commission* criada pela Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), que define as medidas implementadas para o controle dos riscos alimentares (CERTIF, 2005). Possui como objetivo garantir que as organizações certificadas pela Associação para Certificação (CERTIF) tenham seus produtos produzidos, manipulados, embalados, distribuídos e fornecidos de modo seguro e de acordo com as exigências pré-definidas por estas normas. É um sistema preventivo, que busca a produção de alimentos inócuos, e está sustentado na aplicação de princípios técnicos e científicos, na produção e manuseio dos alimentos desde o campo até a mesa do consumidor (CERTIF, 2005; PORTAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2015).

O *Codex Alimentarius* é um fórum internacional de normatização do comércio de alimentos criado em 1963, sendo estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da FAO e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Visa garantir a qualidade e sanidade dos alimentos crus, semi-processados e processados, comercializados internacionalmente e também dispõem sobre as substâncias utilizadas para produção de alimentos (MAPA, 2015).

O *Codex Alimentarius* é constituído pelos países associados à FAO e OMS, interessados em padrões internacionais para a produção de alimentos. Atualmente são membros da comissão 184 países e uma organização membro, estes devem se comprometer a criar comissões nacionais que atuem de acordo com o estabelecido nas deliberações de âmbito internacional (CODEX ALIMENTARIUS, 2015).

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD é uma entidade intergovernamental permanente, criada em 1964, sendo o principal órgão da Assembleia Geral das Nações Unidas na esfera de comércio e desenvolvimento. Tem como objetivo principal aumentar as oportunidades de comércio, investimentos e progresso nos países em desenvolvimento e conta atualmente com 188 membros, dentre eles o Brasil (MDIC, 2016).

A UNCTAD é também um fórum onde os representantes dos países discutem maneiras de estabelecer o equilíbrio na economia global. Oferece assistência técnica direta aos países em desenvolvimento e aos países com economias em transição, ajudando-os a desenvolver as capacidades necessárias para se tornarem equitativamente integrado na economia global e melhorar o bem estar das suas populações (UNCTAD, 2016).

3.METODOLOGIA

3.1.Natureza da pesquisa

A pesquisa foi classificada como documental, de caráter descritivo exploratório e abordagem qualitativa, por evidenciar as barreiras comerciais impostas pelos principais países importadores da carne de frango brasileira, por meio de dados primários e secundários, com destaque para as oportunidades e desafios do setor avícola no MS. Não houve uso de metodologias estatísticas por se tratar de uma pesquisa descritiva.

3.2.Método para coleta de dados

Com o intuito de verificar a incidência das barreiras comerciais, foram selecionados os dez principais importadores da carne de frango do Brasil.

A pesquisa foi realizada com base nos dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Essa escolha se deu por se tratar do órgão responsável pelo levantamento das barreiras impostas e das informações junto aos países importadores. As barreiras foram divididas em três: exigências comerciais, exigências técnicas e exigências gerais. As exigências comerciais constituem a incidência de tarifas sob produtos, e envolvem questões como impostos de importação ou exportação, quotas, racionamento de divisas, proibições e subsídios, ou seja, impostos aduaneiros (LUZ, 2011). As exigências técnicas são aquelas que visam à harmonização de padrões e normas de inspeção, normas industriais de segurança, embalagens e mídia, além de medidas sanitárias e fitossanitárias, podendo também assumir caráter compulsório ou voluntário (SILVA *et al.*, 2011).

Já as exigências gerais envolvem questões diretamente ligadas ao modo de produção e abate, que devem seguir as normas pré estabelecidas pelo país importador, e podem incluir a exigência de missões para fiscalizar a planta de abate, bem com suas certificações e a preocupação com a qualidade do produto (INMETRO, 2015).

Posteriormente foi realizado um levantamento junto a Secretaria de Estado de Produção e Agricultura Familiar (SEPAF) do MS, pois esse é o órgão que abriga a Câmara Setorial da Avicultura no estado do MS, o que possibilitou a obtenção de dados atualizados sobre a cadeia avícola no MS.

Foram utilizados sete dos dez países que são importadores da carne produzida no MS, para demonstrar as restrições impostas pelos mesmos no estado (Arábia Saudita, Japão, China, Emirados Árabes, Rússia, Hong Kong e Alemanha). Além disto, a pesquisa destaca quais os países que não importam carne de frango do Brasil, bem como os motivos pelos quais isto não ocorre e quais países seriam potenciais importadores caso não houvesse as barreiras.

Um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, foi utilizado para realizar uma avaliação sistemática e levantamento de informações. O questionário foi elaborado e enviado pelo aplicativo *Survey Monkey* à ABPA para ser respondido pelo responsável do setor de exportações. Para confecção deste questionário foram utilizados como base os estudos realizados por Soares Júnior (2003), Junqueira (2006) e França (2006).

Para evidenciar as oportunidades e desafios enfrentados pelo setor avícola no estado do MS, foi enviado um questionário via e-mail, à SEPAF. Esse questionário foi elaborado com perguntas abertas, direcionado à Coordenadoria de Pecuária da SEPAF para ser respondido pelo Secretário-Executivo da Câmara Setorial Consultiva da Avicultura e Estruticultura do MS.

4.RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1.Exportação/importação da carne de frango do Brasil

O Brasil é considerado o maior exportador mundial de carne de frango desde o ano de 2004. No ano de 2014 o país exportou mais de 4 milhões de toneladas de carne de frango, tendo como principais destinos de sua produção a Arábia Saudita, Japão, Holanda, China, Emirados Árabes, Hong Kong, Venezuela, Rússia, Reino Unido e Alemanha que neste ano foram os dez maiores importadores do produto (Avisite, 2016) (Figura 1).

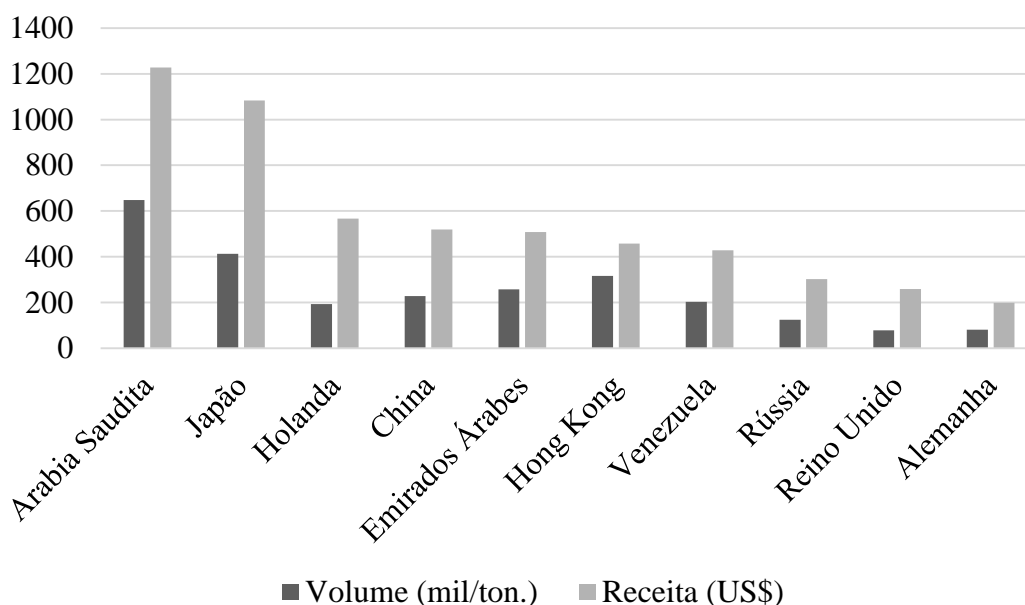


Figura 1: Volume importado e receita gerada dos dez maiores importadores de carne de frango brasileira em 2014.

Fonte: Portal Avisite, 2015.

A Arábia Saudita e Japão, respondem por mais de um quarto das exportações brasileiras, importando juntos cerca de 1.060,7 mil toneladas de carne de frango. Os dois países geram perto de 30% das divisas obtidas no segmento, sendo considerados os principais importadores de carne de frango do Brasil. A China e Hong Kong são o terceiro e quarto maiores importadores, respectivamente, e o volume importado por eles no ano de 2014 totalizou 543,1 mil toneladas, cerca de 13,6% do total exportado. Os dez maiores importadores do produto brasileiro em 2014 foram responsáveis por quase 62% do total de carne de frango exportado, pelo Brasil no ano de 2014 (Avisite, 2015).

4.2.Barreiras impostas pelos países importadores

4.2.1.Barreiras técnicas

As barreiras técnicas estabelecem normas e regulamentações técnicas, como inspeções e possuem efeito restritivo no comércio podendo assumir caráter compulsório ou voluntário (Silva *et al.*, 2011).

Com relação às mudanças realizadas nos produtos, nos processos e na comercialização, com intuito de atender exigências técnicas e sanitárias de cada país, observou-se que requisitos como exigências estruturais ou técnicos operacionais, aplicação da ferramenta de análise de perigos e pontos críticos de controle (HACCP), rastreabilidade da carne de frango brasileira, são exigências feitas por todos os países pesquisados, demonstrando a preocupação por parte do país importador em receber uma carne de qualidade e segura, que esteja de acordo com suas exigências pois todos exigem a exportação sem marca própria (Figura 2).

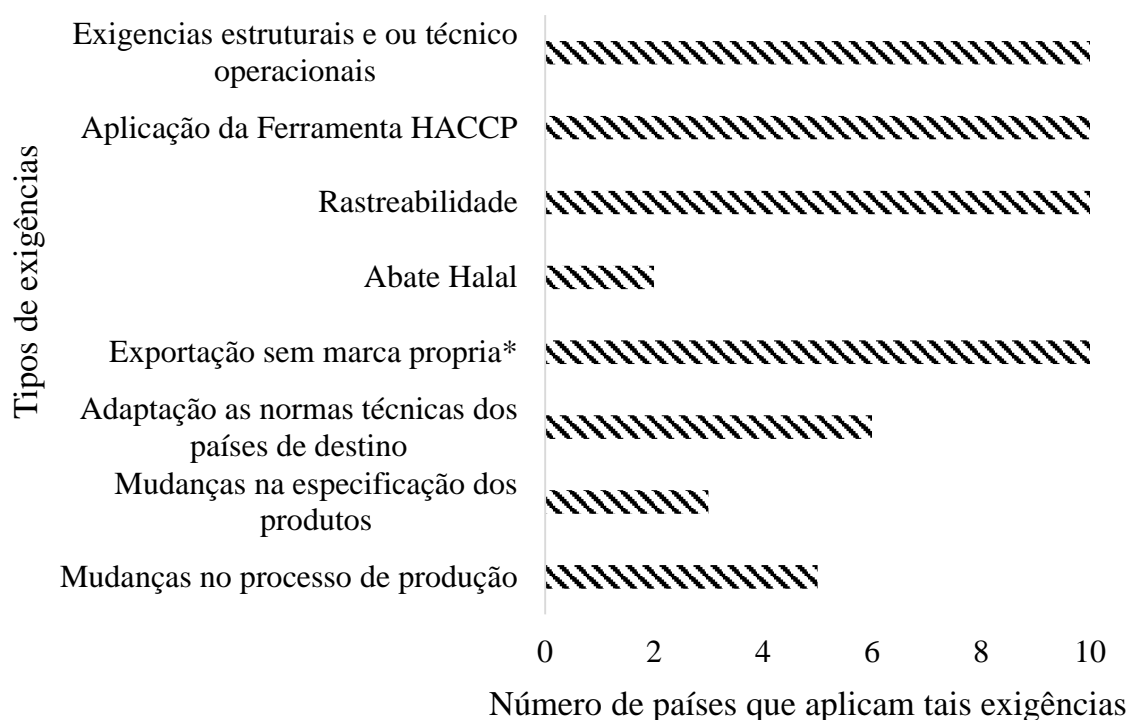


Figura 2: Tipos de exigências técnicas impostas pelos dez principais países importadores da carne de frango brasileira e número de países que fazem tais exigências.

*Qualquer mercado pode ser exportado com marca própria ou marca/registo do país importador.

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da pesquisa feita com a ABPA.

As exigências estruturais e ou técnico operacionais consistem em mudanças na parte física das unidades abatedoras, como reformas e ampliações a fim de atender as exigências e tecnificar a produção (França, 2006).

A certificação de segurança alimentar HACCP define as medidas a serem implementadas para controlar os riscos alimentares garantindo que os produtos com essa certificação sejam produzidos, manipulados, embalados, distribuídos e fornecidos de modo seguro e de acordo com as exigências pré-definidas por estas normas (CERTIF,2005). Se trata de uma ferramenta importante quando se deseja exportar alimentos, pois assegura o cumprimento das exigências do mercado externo.

França (2006) afirma que a rastreabilidade torna-se importante devido a sua capacidade de delinear o histórico do processo produtivo, ela traz informações que foram registradas em todas as etapas do processo produtivo, portanto, se trata de um indicador de qualidade do produto, que garante ao consumidor sua procedência.

A exportação sem marca própria se trata de uma exigência onde o importador recebe o produto sem a marca do exportador, e pode colocar sua marca sem afirmar a origem do produto (FASSARELA, 2010).

O abate Halal deve seguir os rituais Islâmicos, onde o animal precisa ser abatido por um muçulmano, que deve dizer o nome de Alá e ou falar uma oração ao Deus. A face do animal deve ser virada para Meca e sua morte deve ser rápida para evitar o sofrimento do animal (JUNQUEIRA, 2006). Com relação aos dez maiores importadores somente dois países possuem esta exigência sendo eles a Arábia Saudita e os Emirados Árabes.

Já a adaptação as normas técnicas dos países de destino compreende que a produção e ou o processamento da carne deve ser feito de forma convencional e seguindo as normas do país importador, não deve conter substâncias impróprias ao consumo humano, bem como deve respeitar a natureza, o animal e o homem (FASSARELA, 2010). Arábia Saudita, Holanda, Emirados Árabes, Rússia, Reino Unido e Alemanha, fazem esse tipo de exigência.

As mudanças na especificação dos produtos consistem no modo como este é apresentado incluindo as particularidades impostas pelo importador (SOARES JUNIOR, 2003). Holanda, Reino Unido e Alemanha são os países que exigem este item para realizar a importação da carne de frango do Brasil.

No tocante às mudanças no processo de produção, pode-se dizer que são aquelas que bordam desde a produção do animal até a obtenção do produto final. A empresa passa a atender não só o mercado local, mas também o internacional, e este possui normas e exigências mais complexas, com particularidades diversas provenientes de seus importadores (SOARES JUNIOR, 2003). Dos dez países pesquisados somente Arábia Saudita, Holanda, Emirados Árabes, Reino Unido e Alemanha, fazem esse tipo de exigência.

Segundo Fassarella (2010) as barreiras técnicas impostas pelos países importadores na maioria das vezes são formadas por meio das exigências impostas pelos consumidores. O consumidor busca por alimentos saudáveis, seguros e com qualidade, e se preocupam com questões ambientais ligadas a produção, devido ao crescimento da preocupação com saúde e longevidade que surgiu nos últimos anos. Esta afirmação se confirma por meio do resultado obtido, apontando essa preocupação com o produto destinado a alimentação, pois requisitos como padronização, testes e certificações são exigências importantes, impostas por 80% dos países em estudo, seguidos pela adaptação às normas técnicas dos países de destino (60%).

4.2.2.Barreiras comerciais

As barreiras comerciais e ou tarifárias consistem naquelas que envolvem a incidência de tarifas sobre os produtos e questões como impostos de importação ou exportação, quotas, racionamento de divisas, proibições e subsídios, ou seja, impostos aduaneiros entre outros, além de questões ligadas á negociação (LUZ, 2011). Com a pesquisa realizada junto a ABPA observou-se que dentre os dez países pesquisados, exigências como: acordos voluntários de restrições à exportação, procedimentos alfandegários, exigências ambientais, políticas comerciais internas, acordos internacionais e elevação das tarifas de importação não foram apontadas como exigências por esses países.

De acordo com a Figura 3, os requisitos de etiquetas de embalagens, que consistem no tipo de embalagem do produto e de que forma estão dispostos, são as barreiras comerciais mais impostas. Das doze opções apontadas na pesquisa, ela é praticada pelos dez países pesquisados. Em seguida têm-se requisitos de inspeção e testes por parte do importador, que exigem testes específicos e inspeções, para verificar se as exigências são cumpridas, requisitado por seis dos dez países pesquisados, sendo eles o Japão, Holanda, China, Rússia, Reino Unido e Alemanha.

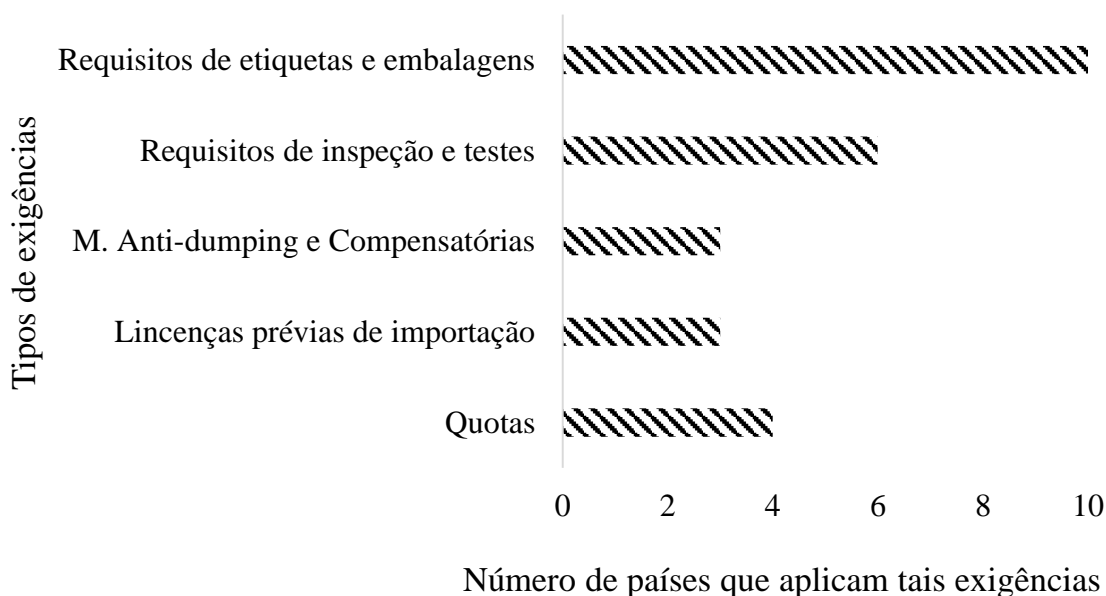


Figura 3: Tipos de restrições comerciais impostas pelos dez países importadores da carne de frango brasileira.

Fonte: Elaboração do autor com base na pesquisa feita com a ABPA.

Medidas *anti-dumping* e compensatórias são aquelas cujo objetivo é anular o prejuízo que uma empresa pode sofrer devido ás importações feitas a preço de *dumping*, ou seja,

vendidas a um preço inferior ao praticado no mercado, três dos países pesquisados fazem essa exigência (Holanda, Reino Unido e Alemanha).

As licenças prévias de importação são solicitadas por três países, China, Venezuela e Rússia. Estas devem ser solicitadas aos órgãos responsáveis pelo comércio exterior e consistem em licenças para exportar para determinado país. Assim, o exportador deverá sinalizar se aceita as normas estabelecidas pelo país importador. Muitas vezes as licenças podem se tornar demasiadas e oneram o processo de importação (FRANÇA, 2006; FASSARELA, 2010).

As quotas são exigências praticadas por quatro países, Holanda, Rússia, Reino Unido e Alemanha e estão relacionadas com a quantidade de produto que pode ser importado (FRANÇA, 2006; FASSARELA, 2010). Sua finalidade é proteger o mercado interno e assegurar que não seja importado pelo país um quantia que comprometa a geração de renda do país importador.

As barreiras comerciais estão sempre presentes nas transações comerciais de caráter internacional, pois visam reger e ao mesmo tempo proteger o comércio, salvaguardando a estabilidade econômica interna dos países, entretanto, podem dificultar as negociações (RATTI, 2000; LUZ, 2011).

4.2.3.Barreiras gerais

As barreiras de ordem geral, como o próprio nome diz envolvem inúmeros fatores diretamente ligados com o processo de produção e abate e devem seguir as normas dos países importadores. Dentre elas estão, a preocupação em proteger a flora e fauna do país produtor, proteger a vida e a saúde do ser humano e dos rebanhos animais, além de estarem relacionadas com o uso de aditivos, contaminantes, toxinas ou organismos causadores de doenças em alimentos, bebidas ou rações (INMETRO, 2015). Na Figura 4 estão dispostas tais exigências e o número de países que as solicitam.

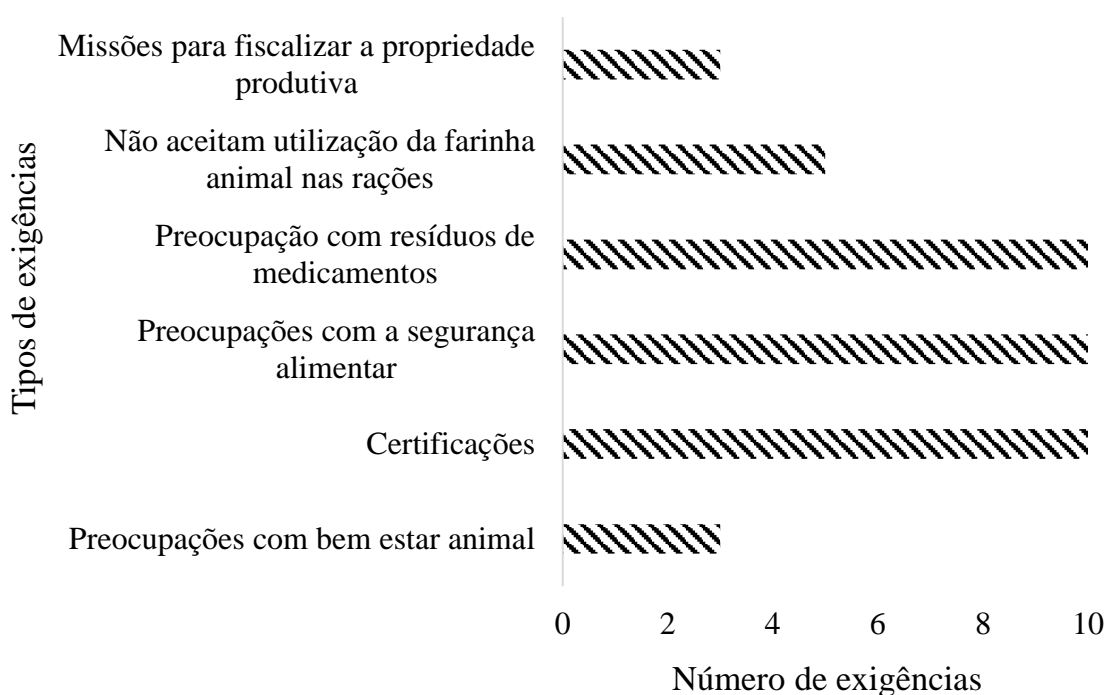


Figura 4: Tipos de exigências gerais impostas pelos dez principais países importadores da carne de frango brasileira.

Fonte: Elaboração do autor com base na pesquisa feita com a ABPA.

A exigência de missões para fiscalizar a propriedade produtiva é feita pela China, Venezuela e Rússia, e consistem em visitas por parte do país importador nas quais se verifica o cumprimento das certificações exigidas. Portanto, acompanham as etapas de processamento e comercialização da carne e verificam se a unidade segue as normas estabelecidas, o que acaba sendo oneroso para a agroindústria, pois exigem tempo e modifica o andamento do trabalho (JUNQUEIRA, 2006).

Arábia Saudita, Holanda, Emirados Árabes, Reino Unido e Alemanha não admitem a utilização de farinhas de origem animal na alimentação das aves, devido à incidência da síndrome encefalopatia espongiforme bovina (BSE) que ocorreu na Europa no final dos anos 90 (FRANÇA, 2006).

A preocupação com organismos geneticamente modificados que consiste na oferta da carne do animal que foi alimentado com produtos de origem transgênica (FRANÇA, 2006), não foi apontada como sendo exigência de nenhum dos países pesquisados.

Com relação aos resíduos de medicamentos na carne, os dez países pesquisados impõem como exigência a utilização de forma restrita de acordo com a dose e o período de carência estabelecido, de anticoccidianos e antibióticos com uso terapêutico. Deste modo à

carne importada possui garantia de não possuir resíduos destes medicamentos, o que garante a segurança alimentar dos consumidores (JUNQUEIRA, 2006).

De forma semelhante todos os países fazem exigência das certificações estabelecidas de acordo com o grau de especialização, portanto, a empresa deve ter posse de certificados que garantam a qualidade do produto, sendo estes reconhecidos internacionalmente pelas entidades certificadoras, o que assegura a confiabilidade do estabelecimento exportador (FRANÇA, 2006).

A preocupação com o bem-estar das aves presente nas exigências de três dos dez países pesquisados (Holanda, Reino Unido e Alemanha) e esta relacionada ao modo como o animal é produzido e envolve o alojamento, manejo, transporte e abate, de modo que a ave tenha garantido os direitos relacionados ao bem-estar e que sua produção minimize os efeitos de ansiedade e ou dor (SOARES JUNIOR, 2003).

A qualidade do alimento se torna essencial no ato de sua compra, tendo em vista as mudanças nos hábitos alimentares do consumidor, o que favorece a inserção de barreiras não tarifárias e técnicas, tornando o acesso a este mercado mais seletivo. O comércio internacional exige produtos isentos de drogas e com qualidade, produzidos de acordo com as normas de controle ambiental, bem-estar animal, se tornando cada vez mais um fiscalizador da qualidade dos alimentos que serão consumidos em seu território (FRANÇA, 2006).

O Brasil sendo o maior exportador mundial e com uma extensa lista de importadores de carne de frango, demonstra cumprir as exigências de seus consumidores e oferece um produto de qualidade, independente de que nação ele pertença.

4.3. Relação das barreiras com os países importadores

Dentre os principais importadores de carne de frango do Brasil, a pesquisa realizada com a ABPA evidenciou que a Holanda, Rússia, Reino Unido e Alemanha são os países que impõem maior número de restrições comerciais, das doze opções apontadas no questionário esses países praticam cinco delas (Figura 5).

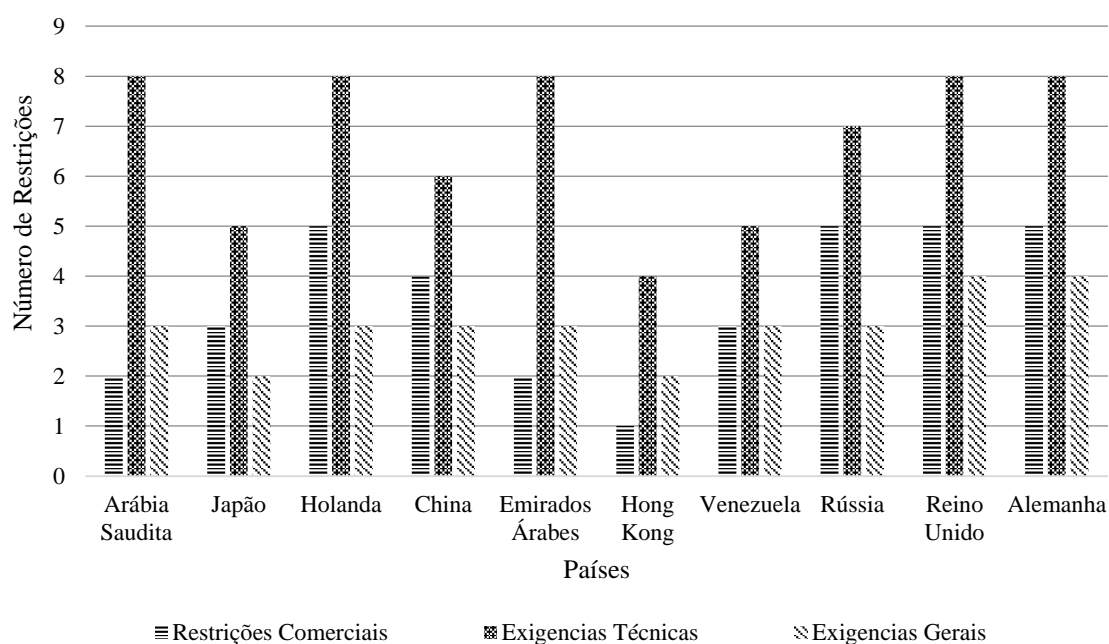


Figura 5: Número e tipo de exigências impostas pelos principais países importadores da carne de frango do Brasil.

Fonte: Elaboração do autor com base na pesquisa feita com a ABPA.

Arábia Saudita, Holanda, Emirados Árabes, Reino Unido e Alemanha são os países que impõem maior número de exigências técnicas, sendo que dos dez tipos de exigências apresentadas na pesquisa esses países praticam oito delas. Já as exigências gerais são as mais frequentes no Reino Unido e na Alemanha, pois das nove opções apontadas no questionário, esses países praticam quatro delas. Deste modo é possível constatar que dentre todas as exigências as de ordem técnicas são as mais praticadas, seguidas das comerciais e por fim das gerais.

A presença em maior número de exigências de ordem técnica esta ligada a exigência do consumidor, que cada vez mais anseia por um produto de qualidade, e com certificações que atentem seu nível de segurança. De acordo com Henson e Wilson (2005) e Segerson (1999), são inúmeros os requisitos impostos pelos importadores, referente às barreiras técnicas e em geral são mais rigorosas do que as praticadas internamente. As principais são o controle de segurança e/ou qualidade dos produtos, requisitos de rotulagem e de embalagem, certificação, medidas de proteção ambiental, abate que atenda aos costumes do país, além das medidas relacionadas ao bem-estar animal, envolvidas em toda a cadeia de produção avícola.

As barreiras comerciais aparecem em segundo lugar, pois estão relacionadas a incidência de tarifas sob produtos e fatores aleatórios constantes nesse tipo de negociação, com

diminuição ao longo dos anos devido aos acordos firmados com o intuito de facilitar as trocas entre as nações (LUZ, 2011).

As exigências de ordem gerais são as menos presentes por assim se dizer, pois como seu próprio nome diz tratam de requisitos gerais que envolvem desde a produção, abate, processamento e comercialização do produto e podem estar inseridas nas barreiras técnicas e comerciais de forma indireta não sendo tão usadas de forma individual mas dentro de outras imposições (INMETRO, 2015).

4.4. Países que não importam a carne de frango brasileira

As barreiras técnicas são caracterizadas por estabelecer normas que visam à harmonização de regulações técnicas, bem como padrões e normas de inspeção. Essas normas e regulamentos diferem entre os países e são considerados obstáculos à exportação, justamente porque em alguns casos divergem dos requisitos exigidos por cada país (SILVA *et al.*, 2011).

A pesquisa feita com a ABPA demonstra que o Brasil atualmente possui potencial de exportação para Indonésia, Índia, Senegal e Nigéria. No entanto, a exportação ainda não é realizada devido as exigências feitas e que não foram possíveis de serem atendidas conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: Países que não importam carne de frango do Brasil e suas exigências.

Indonésia	Índia	Senegal e Nigéria
Critério de abate 100% Halal, navio deve partir do Brasil diretamente para a Indonésia (não há rotas de navios com rota direta), licenciamento de importação não automático e extremamente burocrático. Mercado fechado.	Mercado teoricamente aberto, mas o sistema de licenciamento de importação não automático impede as importações, além disso, as altas tarifas impostas pela Índia inviabilizam a exportação.	Ambos os países são fechados para importação de carne de aves de qualquer lugar do mundo. A alegação, além da proteção da indústria local, é a de protegê-los de influenza aviária.

Fonte: Elaboração do autor com base na pesquisa feita com a ABPA.

Krugman e Obstfeld (2010) relatam que as barreiras foram criadas para salvaguardar a estabilidade interna de uma nação e tornar o comércio internacional justo, mas podem dificultar o processo do mesmo. No caso da Índia que impõem altas tarifas para importar a carne brasileira, e Senegal e Nigéria que não importam de nenhum país para proteger a indústria local, estas barreiras inviabilizam o comércio da carne de frango e a expansão do comércio internacional.

4.5. Exportação de carne de frango do MS

No ano de 2014 o estado do MS produziu cerca de 378,604 mil toneladas de carne de frango, deste total 44,85% foi destinado à exportação, ou seja 169,834 mil toneladas. A Arábia Saudita, Japão, China, Emirados Árabes, Hong Kong, Rússia e Alemanha, foram os principais países importadores da carne de frango produzida no estado de MS no ano de 2014 (Figura 6) (INFOAGRO, 2015).

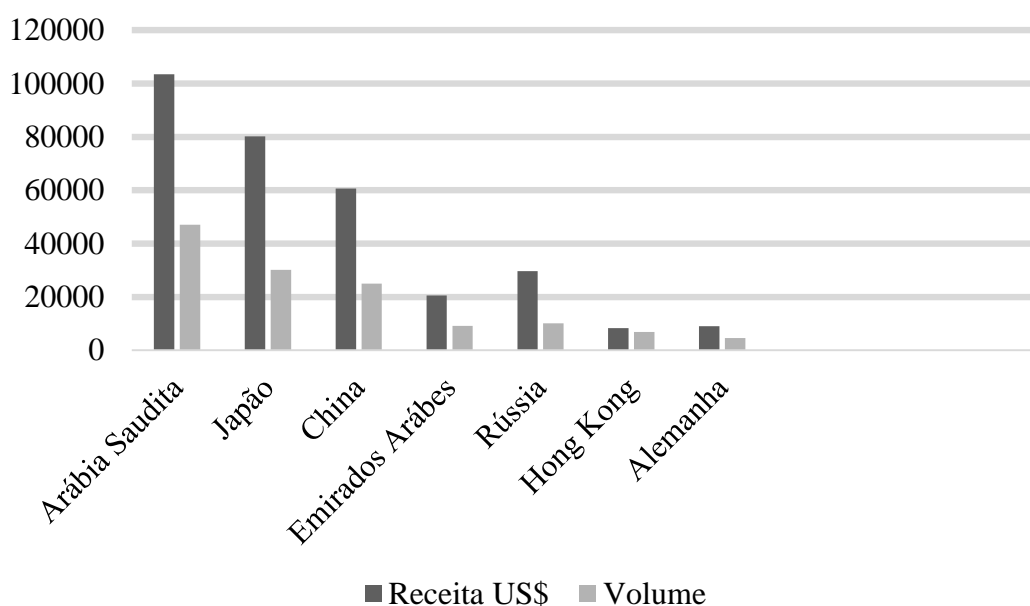


Figura 6: Volume importado e receita gerada pelos principais importadores da carne de frango do MS em 2014.

Fonte: Agrostat, 2015.

Os sete principais importadores da carne produzida no MS são responsáveis por 35,15% do que o estado produz, e 78,33% do que é exportado pelo MS. O total das receitas provenientes da exportação da carne de frango pelo estado de MS no ano de 2014 foi de 393.276,860 milhões de dólares, deste total os sete principais importadores foram responsáveis por 79,32%, ou seja, 311.951,860 milhões de dólares (Agrostat, 2015). O que demonstra a representatividade e importância destes países nas exportações e negociações do estado.

4.5.1. Barreiras impostas ao MS pelos países importadores

De acordo com a pesquisa feita com a ABPA, os importadores mais exigentes são Arábia Saudita, Emirados Árabes e Alemanha, em que as principais exigências impostas são de ordem técnica, seguidas pelas comerciais e por último as gerais (Figura 7 e Tabela 2).

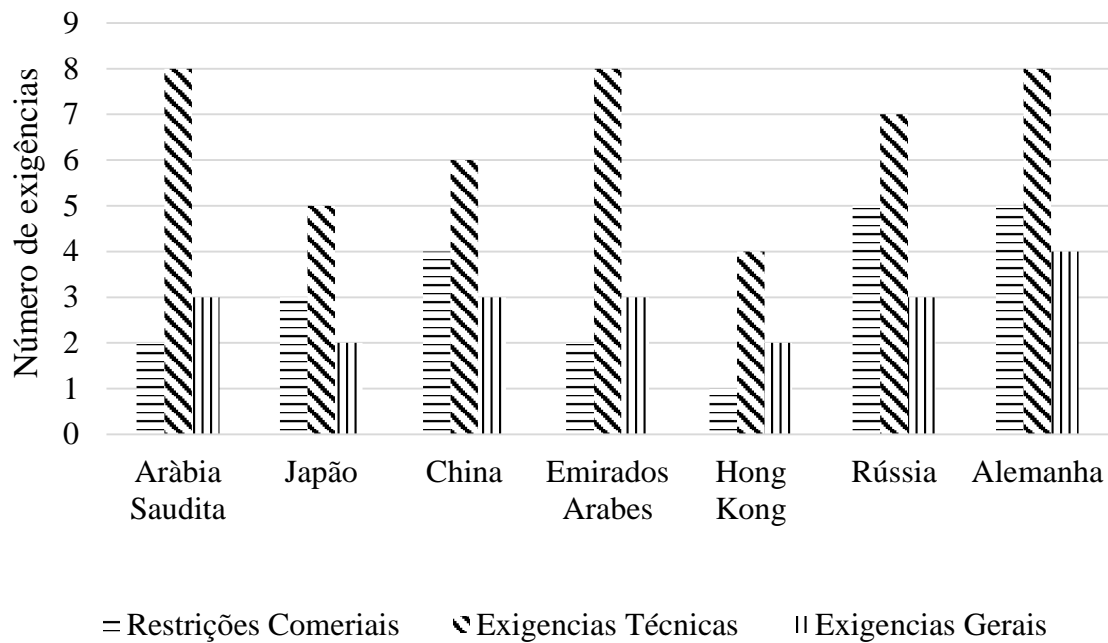


Figura 7: Número e tipo de exigências impostas pelos principais países importadores da carne de frango do estado de MS.

Fonte: Elaboração do autor com base na pesquisa feita com a ABPA.

Semelhante ao que foi apresentado com relação às barreiras impostas pelos países para importação da carne de frango do Brasil, as barreiras técnicas são presentes em alto grau nas exigências dos exportadores de modo geral, deste modo Alves (2008) afirma que a fim de sobreviver neste mercado cada vez mais exigente, requisitos como a produtividade, controle sanitário e eficiência econômica tornaram-se fundamentais para o setor continuar competitivo no mercado. O MS tem conseguido atender a todas as exigências desses países o que demonstra que o setor está relativamente estável dentro do estado.

Tabela 2: Barreiras impostas pelos principais países (Arábia Saudita, Japão, China, Emirados Árabes, Hong Kong, Rússia e Alemanha) importadores da carne de frango do estado de MS.

Exigências técnicas	Mudanças no processo de produção; adaptação às normas técnicas do país de destino; padronização, testes e certificações; exportação sem marca própria; abate <i>Halal</i> ; rastreabilidade; aplicação da ferramenta HACCP; exigências estruturais ou técnicas operacionais; inspeção das plantas industriais por parte do país comprador;
Exigências comerciais	Requisitos de etiquetas e embalagens; requisitos de inspeção e testes; licenças prévias de importação (LPI); quotas; medidas <i>anti-dumping</i> e compensatória;
Exigências gerais	Preocupações com a segurança alimentar; com resíduos de medicamentos; não aceitam utilização de farinha de origem animal nas rações; exigência de missões para fiscalizar a propriedade produtiva; preocupação com bem estar animal;

Fonte: Elaboração do autor com base na pesquisa feita com a ABPA.

Souza (2006) aponta que a exportação de carne de aves enfrenta inúmeras barreiras quando inseridas ao mercado internacional, principalmente as de ordem sanitária como a preocupação com o vírus influenza aviária, doença de *Newcastle* e presença de antibióticos como melhoradores de desempenho. As exigências feitas pelos importadores do MS estão ligadas tanto com a proteção do mercado interno, quanto ao cumprimento de costumes específicos do país, sem deixar a preocupação com a segurança e qualidade do produto.

Felkl e Bittencourt (2013) afirmam que a exportação da carne de frango precisa ter um padrão quanto à qualidade e identidade dos produtos, o que iria facilitar o cumprimento das normas.

De acordo com o Secretário-Executivo da Câmara Setorial Consultiva da Avicultura e Estruticultura de MS, as barreiras comerciais não influenciam nas exportações, pois as indústrias possuem o amparo legal da Lei Kandir* que beneficia as exportações das indústrias.

* A Lei Kandir regulamentou a aplicação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS). Uma de suas normas é a isenção do pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semi elaborados ou serviços.

O Secretário-executivo afirma ainda, que o estado cumpre as barreiras impostas pelos países importadores, com o intuito de consolidar as exportações.

4.6. Oportunidades e desafios da cadeia avícola

Por meio da pesquisa realizada junto a ABPA identificou-se que para ampliar e/ou manter o mercado avícola brasileiro em expansão, é necessário uma melhoria da competitividade, com desburocratização de processos no âmbito governamental favorecendo assim o cumprimento das barreiras impostas pelos países importadores, além deste ponto, o investimento na infraestrutura e o aumento na produção devem ser constantes para ampliar as exportações de carne de frango do Brasil e do MS.

O ponto forte da avicultura brasileira frente aos concorrentes está na adaptabilidade da indústria às diversas demandas do mercado. O clima favorável e o fácil acesso aos principais insumos para suprir a cadeia, como grãos para ração e alta tecnologia empregada, são fatores que tornam a carne de frango competitiva.

Para o estado de MS, a pesquisa realizada com SEPAF apontou que, dentre os desafios enfrentados pela cadeia avícola está à dificuldade em atrair novas indústrias ao modelo cooperativista. Os custos de produção, principalmente ligados a alimentação e energia utilizada na produção, oneram em parte a produção, além disso, a falta ou o pouco incentivo por parte do governo dificulta o processo.

Barczsz e Lima filho (2008) em seu trabalho demonstraram que o elevado custo com frete até os portos marítimos, as más condições das estradas vicinais, o alto valor da energia elétrica e da carga tributária incidente no estado, são os principais desafios quanto a expansão da atividade no estado do MS.

Quanto às oportunidades de crescimento para a cadeia avícola no estado, a pesquisa junto a SEPAF mostrou que existe possibilidade de inserção de novas empresas avícolas em regiões produtoras de grãos, tendo em vista que o estado possui poucas unidades abatedoras. Além disso, o MS possui *status* sanitário livre de doenças com a Influenza Aviária e Newcastle, o que proporciona segurança aos produtores (Tabela 3).

Tabela 3: Oportunidades e desafios da cadeia avícola no MS.

Desafios	Oportunidades
-Atrair novas indústrias para o estado no modelo cooperativista; (Pouca concorrência);	-Inserir novas empresas do setor no estado, nas regiões que produzem grãos (matéria prima das rações dos animais) e que não tenham polo agroindustrial avícola;
-Diminuir custo de produção (ração e energia);	-Segurança de <i>status</i> sanitário a várias doenças. Os vazios de exploração reforçam a segurança sanitária dos rebanhos avícolas;
-Inserir a cadeia nos programas de incentivo do agronegócio do estado do MS (programa de avanços da pecuária - PROAPE);	-Logística para escoamento da produção, bem como um mercado consumidor com um potencial de absorver uma demanda ainda maior;
-Fortalecer e incentivar os pequenos produtores, que ainda tem o seu sistema de produção nos modelos das granjas convencionais, a se modernizarem para continuar na atividade.	-Possuir fronteira seca com dois países, (Paraguai e Bolívia) potenciais consumidores.

Fonte: Elaboração do autor com base na pesquisa feita com a SEPAF.

O estado do MS faz fronteira seca com o Paraguai e a Bolívia que são potenciais consumidores da carne de frango brasileira aumentando assim a demanda. Deste modo contabilizando os prós e contras que a cadeia enfrenta, se faz necessário o investimento por parte do governo no setor, de modo a fortalecer e incentivar a cadeia são essenciais ao estado.

É necessário uma revisão das políticas públicas no MS para estimular a exportação no estado, além de políticas eficazes de zoneamento industrial, tributária, sanidade animal e indução à melhoria do ambiente tecnológico, para demonstrar a realidade do estado e possibilitar a criação de estratégias para ampliação do setor na região (BARCZSZ e LIMA FILHO, 2008)

Em seu estudo sobre a cadeia produtiva avícola no MS, Michels e Gordim (2005) detectaram problemas, como por exemplo, a pouca qualificação da mão de obra e atenção do governo quanto à sanidade animal, pontos de conflito entre integrados e integradoras e o não comprometimento do setor com a sociedade sul-matogrossense.

Dentre as alternativas para melhoria do setor, destacam o programa estadual de qualificação; programa de sanidade animal; programa estadual de apoio ao produtor de frangos; apoio creditício para construção e manutenção de aviários entre outras ações. Tais medidas tornariam a avicultura do MS mais competitiva, e expansiva (MICHELS e GORDIM, 2005). Portanto, o MS possui potencial de crescimento, mediante a harmonização entre os elos, tanto ao macro quanto ao micro ambiente que envolve a cadeia.

5. CONCLUSÕES

As barreiras não tarifárias impostas no comércio internacional constituem elementos de seleção que indicam a qualidade e a segurança dos produtos aos consumidores. As exigências impostas alteram a produção avícola, pois as empresas buscam atender as exigências á nível mundial torna-a competitiva tanto no comércio externo, quanto interno.

A pesquisa evidenciou que as exigências técnicas são as mais presentes entre os países, isso se deve a preocupação que se tem com o alimento importado, seguido das restrições comerciais e exigências gerais que englobam todo processo de produção embalagem e questões gerais presente nas negociações de modo geral.

Observou-se que as barreiras comerciais que são impostas pelos países como forma de proteção podem dificultar a negociação e o alcance de novos mercados entre as nações. Entretanto no presente estudo verificou-se que as barreiras impostas pelos principais países importadores da carne de frango brasileira assim como do estado de MS, não influenciam de forma expressiva no crescimento do setor avícola, tendo em vista que ambos atendem a todas as exigências impostas.

Por conseguinte o estudou apontou que o estado do MS possui dificuldade em atrair novas indústrias ao modelo cooperativista, e que possui altos custos de produção, como o consumo de energia, que constituem fatores que determinam as taxas de crescimento da produção avícola no estado. Além disso a falta ou o pouco incentivo por parte do governo também é visto como um empecilho para a expansão cadeia no MS. Para tanto questões ligadas aos incentivos governamentais que fomentem a atividade, visando a instalação de novas empresas e ao desenvolvimento dos integrados, além de questões tributárias precisam de atenção no MS para favorecer o crescimento da produção e exportação no estado.

Linhas de pesquisas voltadas aos custos de produção e escoamento dentro do estado, por exemplo, poderiam indicar deficiências que precisam de maior atenção e auxiliar no processo de crescimento do setor.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGROSTAT – Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro – 2015. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. RELATORIO ANUAL DA AVICULTURA 2016. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/storage/files/versao_final_para_envio_digital_1925a_final_abpa_relatorio_anual_2016_portugues_web1.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2016.
- ALVES, Marcelo de Castro. **Identificação e efeitos das Barreiras não-tarifárias às exportações brasileiras de carne de frango**. Tese de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2008.
- BARCZSZ, S. S. LIMA FILHO, D. O.. Agroindústria Exportadora de Frango de Corte Sul Mato Grossense e os Aspectos de Internacionalização. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v.2, n.2, p. 99-33, mai./ago. 2009 – ISSN 1981 – 9951.
- CERTIF – Associação para a Certificação. 20 de maio de 2015. Disponível em: <www.certif.pt/haccp.asp>. Acesso em: 23 de maio de 2015.
- CODEX ALIMENTARIUS – International Food Standards. Disponível em: <<http://www.codexalimentarius.org/members-observers/en/>> Acesso em: 20 de julho de 2015
- FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. Perspectivas Agrícolas 2015-2024 <<https://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2016.
- FASSARELLA, L. M.. **Impactos das medidas técnicas e sanitárias nas exportações brasileiras de carne de frango**. Piracicaba, 2010. Tese de Dissertação de Mestrado em Ciência. Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Disponível em: Periódicos Capes/MEC.
- FELKL, G. S.; BITTENCOURT, J.V.M.. Entraves para Exportação de Produtos e Subprodutos Carneos nas Empresas Paranaenses. Maringá Management: **Revista de Ciências Empresariais**, v. 10, n.3, - p.17-26. Edição Especial dez/2013.
- FRANÇA, J. M.. **Barreiras Técnicas e Desempenho da Cadeia Produtiva de Frangos no Estado do Paraná**. Florianópolis, 2006. Tese de Dissertação de Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.economia.ufpr.br/Dissertacoes%20Mestrado/146%20ISRRAEL%20CASINI.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.
- HENSON, S.; WILSON, J. S. A review of key issues. In: Henson, Spencer; Wilson, John S. (Ed.) The WTO and technical barriers to trade. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA, 2005. 527p. (An Elgar Reference Collection). 2016.
- INFOAGRO - Balanço anual do agronegócio sul-mato-grossense 2013/2014 / SENAR/MS e FAMASUL – Campo Grande - MS : SENAR/MS, 2015. 94 P. : il. (color) ; 27,5 cm.

- INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia. **Barreiras Técnicas á Exportação**. Disponível em; <<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/faq/sps.asp>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.
- JUNQUEIRA, B. A. **Identificação e análise de barreiras não-tarifárias sobre as exportações brasileiras de carne bovina**. Minas Gerais, 2006. Tese de Dissertação em Economia Aplicada. Universidade Federal de Viçosa.
- KRUGMAN, P.. OBSTFELD, M.. *Economia Internacional: teoria e política*. 8. Ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2010.
- LUZ, Rodrigo. **Relações econômicas internacionais: teoria e questões** – 3. Ed.-Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. ISBN.
- MICHELS, I. GORDIN, M. H.. **Cadeia Produtiva da Avicultura de Corte em Mato Grosso do Sul**. Anais do ZOOTEC 2005. Campo Grande, maio de 2005
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Codex Alimentarius 2015**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/internacional/negociacoes/multilaterais/codex-alimentarius>>. Acesso em: 20 de novembro de 2015.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Saúde Animal. Coordenação Geral de Combate às Doenças. Coordenação de Sanidade Avícola. **Plano de Contingência para Influenza Aviária e Doença de Newcastle**. Versão 1.3. Julho de 2009.
- MDIC BRASIL. **Barreiras Técnicas: Conceitos e informações sobre como superá-las**. [executores] MDIC,AEB, CNI. Brasília, 2002. 72 p.: Il.
- MDIC BRASIL. **Negociações Internacionais – DEINT. 2016** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2272>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.
- PORTAL AVISITE – O Portal da Avicultura na Internet. Disponível em: <<http://www.avisite.com.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.
- PORTAL DA SEGURANÇA ALIMENTAR. HACCP – Hazard Analysis Critical Control Points. Disponível em: <<http://www.segurancalimentar.com/conteudos.php?id=20>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.
- RATTI, B.. **Comércio Internacional e Câmbio**. 10 ed.- São Paulo: Aduaneiras, 2000. ISBN.
- SEGERSON, K. Mandatory versus voluntary approaches to food safety. *Agribusiness*, v.15, n.1, p. 53-70, 1999
- SILVA, R.O.P. Perfil das exportações da avicultura de corte do estado de São Paulo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2007, Londrina. Anais... Londrina: SOBER, 2007.
- SILVA, S. Z.; TRICHES, D.; MALAFAIA, G. Análise das barreiras não tarifárias à exportação na cadeia da carne bovina brasileira. *Revista de Política Agrícola*, ano XX, n. 2, p. 23-39, 2011.

SOARES JUNIOR, F. N. Os fatores que contribuíram para o avanço das exportações brasileiras de carne de frango na década de 1990. Porto Alegre, 2003. Dissertação de Mestrado em Agronegócio. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOUZA. Luiz Gustavo Antonio de; CAMARA. Marcia Regina Gabardo; SEREIA. Vanderlei José. **Exportação e Competitividade da Carne de Frango Brasileira e Paranaense no Período de 1990 á 2005**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 1, p. 101-118, jan./jun. 2006.

UNTACT – United Nations Conference on Trade and Development. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/AboutUs.aspx>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avicultura no estado do MS pode ser classificada com um grau de muito próspera e considerando a expansão do mercado mundial de carne de frango nas próximas décadas, a ampliação do mercado brasileiro já se torna uma realidade próxima. O segmento está bem articulado dentro do país, com reconhecimento de qualidade internacional o que torna o setor cada vez mais competitivo, seja com relação às outras nações produtoras, seja com os outros setores cárneos.

Diante deste contexto torna-se de fundamental importância para a consolidação do setor no estado MS, uma maior concentração de interesse por parte do Governo no que diz respeito a dinamizar e melhorar a relação entre os elos da cadeia. Visando deste modo fomentar o desenvolvimento regional, ampliar a renda do produtor, propiciar interesse na fixação do produtor na área rural, aumentar o número de postos de trabalho criados, além de proporcionar uma melhoria na qualificação desses trabalhadores, tendendo deste modo ao aumento da produção e conseqüentemente das exportações do estado.

Enfim é preciso que as entidades governamentais, industriais e sociedade possam compreender a importância que está cadeia exerce, e seu poder de desenvolvimento nas áreas onde estão inseridas, conscientizar o papel de cada um neste processo torna o setor mais forte. O interesse deve ser voltado a melhorar o desenvolvimento regional do estado, com ganhos que reflitam na economia local e proporcionem aumento da renda, e qualidade de vida. Com isso o governo ganha, tornando estado mais próspero, o produtor ganha com aumento da renda, a agroindústria ganha com aumento da produção e a sociedade em geral, pois haverá uma injeção de capital no comércio e proporcionará uma melhora significativa para todos.

7.ANEXOS

7.1.ANEXO I

Questionário enviado a SEPAF.

- 1. Quais seriam os desafios encontrados pelo setor da avicultura dentro do estado?**

- 2. As barreiras comerciais seriam um ponto de impedimento para que o estado expandisse ainda mais suas exportações? O estado alguma vez já deixou de exportar para algum país por causa das barreiras, e qual seria a principal via de exportação do estado?**

- 2. Quais seriam as oportunidades que o setor possui de crescer ainda mais dentro do estado, ou seja quais os pontos forte da avicultura dentro do estado?**

7.2. ANEXO II

Questionário, enviado a ABPA, via Survey Monkey, estando disposto no link https://pt.surveymonkey.com/r/Preview/?sm=MD95XxVo76RhEPEqMMnpZhqKZ2Tkn1_2BJDss74MWBuEc_3D.

A pesquisa a seguir trata-se de parte de uma pesquisa maior, que posterior se transformará em uma dissertação de mestrado, os dados aqui coletados serão usados exclusivamente para fins de pesquisa científica, afim de buscar compreender as barreiras impostas pelos importadores da carne de frango no ato de importar.

Pesquisadores envolvidos na pesquisa: Marli Aguirre Aranda, Rodrigo Garóffalo Garcia, Sarah Sgavioli, Carla Farias Domingues.

Instituição: Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD (Mestrado em Agronegócio).

Pesquisa sobre barreiras comerciais

* 1. A cadeia avícola no Brasil tem evoluído gradualmente ao longo dos anos, atingindo novos mercados, e se consolidando como maior exportador mundial desde 2004. Quais foram as principais requisitos para que o setor conseguisse esse feito?

* 2. 2) O que pode ser melhorado na cadeia avícola Brasileira para manter ou ampliar o mercado? Como?

* 3. Quais são os pontos fortes e fracos dos principais concorrentes externos de produção de aves?

* 4. As normas e regulamentos técnicos e sanitários que diferem entre os países podem ser considerados obstáculos à exportação? Por quê?

* 5. Quais são os principais países que o Brasil teria potencial de exportação, mas que, no entanto, ainda não importam? Quais as barreiras ou restrições impostas por esses países com relação à importação da carne de frango?

8. Considerando os maiores importadores da carne brasileira, relacione o país a exigência apontada abaixo:

	Preocupação com bem estar animal	Certificações (ISO 14000; HACCP; BRC; EUREPGAP)	Preocupações com a segurança alimentar	Preocupação com resíduos de medicamentos	Preocupação com organismos geneticamente modificados	Não aceitam utilização da farinha animal nas rações	Liberar o embarque do produto somente após o resultado de análise laboratorial para Salmonella	Exigência de missões para fiscalizar a propriedade produtiva	Exigência de procedimentos de acompanhamento das demais etapas de processamento e comercialização
Arábia Saudita	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Japão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Holanda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
China	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Emirados Arabes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hong Kong	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Venezuela	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rússia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reino Unido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alemanha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Concluído

Desenvolvido pela

 SurveyMonkey®

Veja como é fácil [criar um questionário](#).